

Agradecimentos

Embora uma tese seja, pela sua finalidade académica, um trabalho individual, há contributos de natureza diversa que não podem e nem devem deixar de ser realçados. Por essa razão, desejo expressar os meus sinceros agradecimentos:

Ao Professor Doutor Marco António Batista Martins, meu orientador, pela competência científica e acompanhamento da dissertação, pela disponibilidade e generosidade reveladas ao longo destes meses de trabalho, pelas críticas, correcções e sugestões relevantes feitas durante a orientação, assim como pela força de vontade transmitida e confiança depositada na minha pessoa. Agradecendo também pelo apoio indicando algumas das importantes fontes de informação, que durante a fase de recolha bibliográfica me permitiu juntar um vasto leque de informação que em muito contribuiu para a execução da dissertação.

Aos meus pais, que sempre se esforçaram para me ver crescer científica e pessoalmente, pelas inúmeras trocas de impressões, correcções e comentários ao trabalho. Acima de tudo, pelo inestimável apoio familiar que ajudou a superar as diversas fraquezas e desmotivações que fui tendo por força das circunstâncias, e pela paciência e compreensão reveladas ao longo destes anos.

Ao meu irmão, ao meu namorado e aos meus amigos, que fizeram parte da minha trajectória até agora, que me deram amor, amizade, carinho e força, incentivando-me a avançar para alcançar os meus objetivos, apesar dos obstáculos que foram surgindo ao longo da minha vida.

Aos professores, que foram fundamentais na minha formação e no processo de amadurecimento da minha pessoa enquanto profissional. Todos eles foram importantes, desde o dia em que comecei a frequentar a escola, pois o que aprendemos ao longo do processo escolar, faz-nos crescer pessoal e profissionalmente. Existem sempre aqueles professores mais marcantes, seja negativa ou positivamente, mas são as experiências que vamos tendo ao longo da vida com as várias pessoas que cruzam o nosso caminho que nos fazem escolher as metas que pretendemos alcançar.

Resumo

No sentido de promover a imagem e expandir a influência, os Estados têm vindo a usar uma estratégia que combina o *hard power* e *soft power* para favorecer o contacto entre os povos, incrementar o entendimento mútuo e criar uma percepção externa favorável sobre um país, um povo, uma cultura e uma política. Esta estratégia, que tem revelado cada vez mais impacto junto dos povos, é designada por diplomacia pública.

A crescente mobilidade, as migrações e a globalização trouxeram um aumento significativo de interações entre os falantes das diferentes línguas. Esta tendência assume um carácter permanente. Logo, o multilinguismo pode ser a melhor forma de nos adaptarmos ao processo de globalização, transformando um desafio numa oportunidade.

Assim, esta dissertação pretende analisar a forma como a política de multilinguismo pode ajudar na execução estratégica da diplomacia pública, no que diz respeito às relações e à comunicação entre os Estados.

Palavras-chave: Diplomacia Pública, *Soft Power*, Multilinguismo, Instituições de línguas estrangeiras.

Abstract

Multilingualism.

The importance of foreign language institutes in the definition of Public Diplomacy

In order to promote the image and expand the influence, states have been using a strategy that combines *hard power* and *soft power* to promote contact between people, increase mutual understanding and create a favorable external perception about a country, a people, a culture and politics. This strategy, which has proved increasingly impact on the people, is called public diplomacy.

The increased mobility, migration and globalization have brought a significant increase in interactions between speakers of different languages. This trend assumes permanent. Soon, multilingualism may be the best way to adapt to the globalization process, turning a challenge into an opportunity.

This paper aims to examine how the multilingualism policy can help in implementing strategic public diplomacy, with regard to the relations and communication between states.

Keywords: Public Diplomacy, *Soft Power*, Multilingualism, Institutions of foreign languages.

Índice

Introdução	p. 5
I - Abordagem teórico-conceitual da Diplomacia Pública.	p. 8
• 1.1. Conceito e tipologia da Diplomacia contemporânea.	p. 8
• 1.2. Os objetivos culturais, políticos, sociais e económicos da Diplomacia Pública.	p. 17
• 1.3. A Diplomacia Cultural ao serviço do Estado.	p. 34
II - A Diplomacia Pública e o <i>Soft Power</i> nas relações internacionais.	p. 40
• 2.1. Repensar a Diplomacia Pública como instrumento da política externa.	p. 40
• 2.2. A gestão da imagem/marca interna e externa do Estado.	p. 48
• 2.3. O desenvolvimento atual nos EUA, República Popular da China e União Europeia.	p. 52
III - As instituições de línguas estrangeiras como projeção da imagem externa.	p. 57
• 3.1. Os objetivos das Instituições de línguas estrangeiras.	p. 57
• 3.2. A importância do multilinguismo para facilitar a comunicação entre cidadãos.	p. 63
• 3.3. O elo de ligação entre as instituições de línguas estrangeiras e a Diplomacia Pública.	p. 70
Conclusão	p. 77
Gráficos	p. 65
Referências Bibliográficas	p. 80

Introdução

Os séculos XVIII e XIX, considerados como a fase mais importante da diplomacia clássica na Europa, marcaram uma crescente evolução no sentido da produção literária especializada, reflexo do movimento da ilustração e da aplicação do método racionalista e analítico, da necessidade de sistematização de práticas, normas e regulamentos, da aquisição de conhecimentos teóricos mais profundos, da profanação do poder e democratização das políticas nacionais, da necessidade da diplomacia para o relacionamento pacífico entre Estados, em forte clima de competição.

Com a chegada da globalização no século XX e da formação de blocos de países, num mundo onde as distâncias espacial e temporal estão cada vez mais curtas, as fronteiras ganham nova configuração e a comunicação está mais rápida, com a internet, surge na Europa uma política linguística de nível continental, reunindo identidades e propondo o multilinguismo.

A diversidade linguística do continente europeu é uma das riquezas culturais do "Velho Continente". Apesar das línguas poderem aparecer como uma barreira entre as pessoas, elas são ao contrário uma fonte de riqueza, de curiosidade cultural e de abertura de espírito. A diversidade de línguas abre portas que se estendem para além das fronteiras europeias.

É por isso que o multilinguismo assumiu um papel tão importante. Ao demonstrar que a Europa é uma comunidade de valores partilhados a que todos podem aderir, a política de multilinguismo transmite a mensagem de que cada cidadão deveria poder falar e ser compreendido na sua própria língua e cada uma das nossas línguas é uma riqueza para a comunidade no seu todo.

Em 2002, os chefes de Estado e de Governo, reunidos em Barcelona, concordaram que todos deviam aprender pelo menos duas línguas estrangeiras desde tenra idade. A adoção do objetivo de Barcelona ("A língua materna mais duas") marcou uma evolução na política linguística, que passou da simples preservação das línguas para o desenvolvimento ativo do seu potencial.

As políticas da União Europeia no domínio das línguas destinam-se a proteger a diversidade linguística e a promover o conhecimento de línguas, tanto a nível de identidade cultural como de integração social, também porque o multilinguismo permite um melhor aproveitamento das oportunidades de ensino, profissionais e económicas resultantes de uma Europa integrada. O objetivo é uma Europa onde cada pessoa fale, pelo menos, mais duas línguas para além da sua língua materna.

As profundas mudanças na vida internacional não diminuíram, antes tendem a reforçar, o papel da diplomacia dos Estados, apesar da sociedade global em que vivemos, da emergência de novos atores no plano internacional e da crise do Estado soberano. Directamente associada ao papel internacional dos Estados, a Diplomacia constitui um instrumento crucial da execução da política externa, e da preservação da paz, da segurança e da estrutura conhecida da comunidade internacional, não obstante as modificações que tem vindo a experimentar, sobretudo no que respeita aos novos métodos, técnicas e procedimentos. Este trabalho dedicado à diplomacia visa, precisamente, recordar o papel desta instituição ao longo da história, bem como analisar as alterações introduzidas pela actual dinâmica internacional na sua organização e desempenho, sob o impacto das modernas tecnologias de comunicação e informação.

Assim, este trabalho pretende mostrar a importância do conhecimento das línguas estrangeiras para ajudar à concretização da estratégia da diplomacia pública. Para tal, procuraremos analisar o conceito de diplomacia pública, estabelecendo um elo de ligação com as instituições de línguas estrangeiras e seus objetivos principais. Concluindo com a importância do multilinguismo no mundo globalizado para um melhor desenvolvimento estratégico da diplomacia pública.

Esta análise encontra-se dividida em três capítulos, manifestando uma interligação para permitir alcançar o objetivo essencial deste estudo. Sendo um tema que surgiu recentemente e que está a ser estudado com algum cuidado e precisão por vários autores, nas suas várias perspectivas de ação, ainda não se encontra muito desenvolvido, nem existem muitos documentos para que se possa alargar mais este assunto sem se tornar repetitivo. Logo, este trabalho tem um objetivo pontual e específico, não podendo ser muito extenso por receio de se tornar pesado e repetitivo.

Para iniciar a análise, tornou-se relevante definir primeiramente alguns conceitos importantes para uma melhor compreensão do seguimento do tema e da interligação dos assuntos tratados. No primeiro capítulo, intitulado “Abordagem teórico-conceptual da Diplomacia Pública”, definiremos inicialmente o conceito e tipologia da Diplomacia contemporânea para entender o aparecimento da diplomacia pública. Num segundo ponto, serão revelados os objetivos culturais, políticos, sociais e económicos da Diplomacia Pública e em terceira instância, procuraremos definir a Diplomacia cultural encontrando uma ligação em relação ao Estado e ao serviço que esta diplomacia nele desempenha.

O segundo capítulo, que tem o título “A Diplomacia Pública e o *Soft Power* nas relações internacionais”, é composto por um primeiro ponto que define a Diplomacia Pública como instrumento da política externa para compreender a pertinência dos vários conceitos para as Relações Internacionais. A seguir, mostrar-se-á a importância da gestão da imagem/marca interna e externa do Estado para poder concretizar o objetivo estratégico da diplomacia pública. E para concluir este capítulo, serão fornecidos alguns exemplos da estratégia analisada anteriormente, dando a conhecer o desenvolvimento actual nos EUA, na República Popular da China e na União Europeia.

No último capítulo, intitulado “As instituições de línguas estrangeiras como projeção da imagem externa”, tentaremos demonstrar o envolvimento existente para uma melhor concretização da ação estratégica da diplomacia pública. Para tal, o ponto inicial apresentará os objetivos das Instituições de línguas estrangeiras para chegar, em seguida, à importância do multilinguismo para facilitar a comunicação entre cidadãos. Por fim, apresentar-se-á o elo de ligação entre as instituições de línguas estrangeiras e a Diplomacia Pública, mostrando a necessidade que existe actualmente na divulgação e promoção da aprendizagem de línguas estrangeiras, pois provou-se a eficácia do diálogo directo entre os povos para a opinião pública.

I – Abordagem teórico-conceitual da Diplomacia Pública.

1.1. Conceito e tipologia da Diplomacia contemporânea.

A globalização trouxe modificações no mundo, aproximando as nações. Com as mudanças ocorridas nos meios de comunicação e de transporte, as notícias e os problemas nacionais difundem-se, cada vez mais, pelos países, visto que tais dados se tornam acessíveis a grande parte da população. Com objetivo de divulgar informações e procurando estimular a aproximação dos povos, alguns países preocupam-se com as suas imagens no exterior. Assim, surge uma estratégia, lançada pela diplomacia pública, em que os países procuram desenvolver ações para aumentar a comunicação entre eles, seduzir as sociedades, atrair turistas, empresas e investimentos e tornar as relações de cooperação e de confiança mais estreitas com outros Estados.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, conheceu-se uma fase importante da diplomacia clássica na Europa, marcando um grande desenvolvimento na produção literária especializada, devido ao movimento da ilustração e da aplicação da metodologia racionalista e analítica, da necessidade de sistematização de regulamentos, práticas e normas, da obtenção de maiores conhecimentos teóricos, da perda de poder e democratização das políticas nacionais, da necessidade da diplomacia para o bom relacionamento entre Estados, em constante competição. Em reflexo do seu papel de grandes potências, tendo grande prestígio no campo da diplomacia europeia e grandes responsabilidades a nível mundial, a França, a Alemanha e a Grã-Bretanha estiveram no topo da lista de países que mais desenvolveram a publicação de estudos sobre a diplomacia.

O século XIX veio representar a época em que uma história diplomática foi estruturada, durante um processo de busca das verdades científicas da evolução da humanidade e das sociedades humanas, de elaboração de uma ciência histórica, que significasse a busca do equilíbrio social e político. Este processo encaminhou a institucionalização da diplomacia, trouxe-lhe características permanentes e contínuas, expandindo-a quase universalmente. Apesar da queda das potências europeias, após as duas grandes guerras mundiais, os grandes países não perderam o interesse por temas de política externa e internacional, devido ao facto de estar apoiado numa antiga tradição e

na importância de instituições especializadas e prestigiadas, e também por ser sustentado pelos interesses do Estado com responsabilidades extraterritoriais, possuindo uma ambição de grandeza e de poder de intervenção mundial muito forte.

Quando se fala em diplomacia, trata-se de um conceito operacional, na dupla interpretação da diplomacia como disciplina no estudo das Relações Internacionais e da Ciência Política e como instrumento de execução da política externa dos Estados. No que respeita a esta última interpretação, a diplomacia pode ser entendida como um “código universal de comunicação”, que engloba elementos éticos, estéticos, racionais, morais, instrumentais, analíticos, jurídicos, políticos, sociais, culturais, institucionais e económicos, mas que pretende evitar elementos conflituosos, como a ideologia, a fé, a religião, a força e a violência.

A função da diplomacia tem por objetivo manifestar o reconhecimento pelos homens do carácter não divino da guerra e da paz, visto dependerem dele para que existisse o convívio pacífico entre comunidades distintas. Olhando para a sociedade internacional organizada, a diplomacia revela um carácter estatal, conferindo-lhe legitimidade, responsabilidade, consistência, coerência e continuidade, aproximando-a de critérios racionais e objetivos, que possibilitam a identificação de pontos de interesse comum entre os Estados. Durante séculos, a diplomacia foi o único instrumento aceite e reconhecido pelos Estados, destinado a evitar a guerra, a resolver os atritos e a desenvolver relações amigáveis e produtivas para os interesses nacionais.¹

A diplomacia é o agente dinâmico do processo de intercomunicação entre as partes e de aproximação entre posições estaduais divergentes, caracterizando-se pela troca de interesses particulares por interesses universais, pelas formas de negociação entre as partes ou pela reposição da estabilidade num contexto de conflito. Assim, a diplomacia significa “o conjunto de atividades, de práticas, de documentos e de formalidades relativas às trocas e às negociações entre Estados, numa época em que a política interna e a política externa se revelam como dois domínios distintos na vida dos Estados.”²

O conceito de diplomacia é definido por vários autores como a condução da política externa dos Estados por meios pacíficos ou como a “arte de negociar”. Ela deve ser a

¹ MONGIARDIM, Maria Regina, DIPLOMACIA, Edições Almedina SA, Coimbra, 2007, pp. 12-27

² CASTRO, Zília Osório de, Coord., DIPLOMATAS E DIPLOMACIA – RETRATOS, CERIMÓNIAS E PRÁTICAS, Livros Horizonte, Lisboa, 2004, p. 31.

gestão das relações entre Estados e outras entidades da política mundial, por meios pacíficos, perante a intervenção de agentes internacionalmente reconhecidos. A negociação é a fonte desta gestão. A “arte de negociar” é o carácter subtil e hábil de alcançar os objetivos propostos. A comunicação está relacionada com a prática diplomática e com o próprio conceito de diplomacia. A este elemento fundamental da diplomacia está associado o conceito de poder, sendo a capacidade de obrigar o outro a adoptar um determinado comportamento. Entre os vários fatores de poder, a diplomacia situa-se próxima da política, pela sua origem específica e pela sua posição de participante nas fases de formulação e execução da política externa.

Numa visão clássica, vinda da história, do costume e das normas de direito internacional, a diplomacia apresenta uma função essencial, a de representação e defesa dos interesses do Estado, na ordem externa e, por conseguinte, de desenvolvimento de um conjunto de costumes, de práticas e de regras, atendendo à preservação desses mesmos interesses. A função mais antiga da diplomacia é a negociação, pois encontra-se na base da sua própria instituição, enquanto forma de contacto e regulação de assuntos divergentes entre comunidades humanas independentes. Em suma, a noção de negociação internacional refere-se aos contactos entre Estados para chegarem a acordo em relação aos seus interesses, sejam eles próprios ou comuns, de modo a desenvolver de forma pacífica as suas relações, protegendo e promovendo os interesses e as nações, para concretizarem intercâmbios políticos, económicos ou culturais e para defenderem posições estratégicas ou de segurança.

A evolução da atividade diplomática tem levado a algumas tentativas para caracterizar as várias formas de diplomacia, sobretudo a partir do séc. XIX. É uma atividade que reflecte, frequentemente, confusões conceptuais que não distinguem as políticas elaboradas em vários sectores das relações externas dos Estados e a sua execução pelos agentes diplomáticos. Assim, encontramos, muitas vezes, alusões à diplomacia de diversos conceitos, quando afinal os comentadores que as empregam pretendem na generalidade referir-se às respectivas políticas e não às eventuais relações e negociações para as cumprirem que constituam efectivamente a atividade diplomática.

No entanto, num outro plano, tem-se procurado distinguir diferentes formas da prática da diplomacia, frequentemente ligadas ao desenvolvimento das suas funções ao longo do tempo e até ao progresso tecnológico. É neste último conceito que será

importante assinalar e descrever alguns dos tipos de diplomacia mais correntemente referidos pela doutrina ou pelos media: diplomacia antiga e moderna, diplomacia bilateral e multilateral, diplomacia contemporânea, diplomacia pública ou diplomacia paralela.

Para Calvet de Magalhães e muitos diplomatas, a distinção entre diplomacia antiga e moderna é superficial, pois encontra-se mais ligada ao estilo do que à essência da função. Diplomacia antiga e diplomacia nova são palavras pouco realistas, pois o que tende a modificar-se é o exterior, isto é o que envolve a diplomacia. O centro continuará o mesmo, pois o ser humano não muda, as nações apenas terão uma forma de resolver entre elas os seus diferendos e nada melhor do que a palavra de um homem honesto para se tornar o melhor instrumento de que um Governo poderá usar para apresentar os seus pontos de vista.³

Numa perspectiva de base, este conceito está certo, mas torna-se importante reconhecer que a distinção entre as duas formas de fazer diplomacia, actualmente faz parte da terminologia diplomática. Para os que a defendem, a diplomacia antiga ou clássica, herdeira assumida da escola francesa desenvolvida por Richelieu e consolidada no Congresso de Viena, representava um tempo em que a Europa permanecia o centro dominante da política internacional. Na época, o peso da aristocracia e das ligações familiares no recrutamento para o serviço diplomático era manifesto, a negociação assentava num rigoroso processo confidencial, o soberano apenas tinha um representante pessoal, o embaixador, a componente protocolar ocupava ainda um lugar importante, o corpo diplomático era constituído por poucos elementos, assim como era reduzido o número de países independentes até ao princípio do século passado.

A diplomacia moderna, por sua vez e tal como se apresenta hoje em dia, envolve uma comunidade internacional extensamente alterada na sua constituição, nos regimes políticos que a compõem, na distribuição dos poderes relativos dos Estados, nos problemas com que se defronta. Na atividade diplomática atual, estão projetados todos estes elementos, tornando-se diferente devido à heterogeneidade das matérias, diversidades culturais, ou pressões ideológicas e religiosas que deve enfrentar. É distinta devido à importância do método multilateral na resolução dos assuntos, sofre influência

³ CALVET DE MAGALHÃES, José, A DIPLOMACIA PURA, 2ª edição, Bertrand Editora, Venda Nova, 1996, pp. 168-171.

devido ao crescente impacto das inovações tecnológicas, à força de uma opinião pública com grande peso de intervenção e ao aparecimento de novos atores internacionais, como as ONGS, as multinacionais e os media. Se as diferenças parecem significativas, será importante dizer que não são dois conceitos diferentes de diplomacia no que ela tem de essencial, mas sim dois momentos da atividade diplomática, em que se alteraram métodos, estruturas, estilos e domínios de ação. Pode-se concluir que a diplomacia vai sofrendo alterações, obrigando-a a determinadas adaptações, consoante a evolução perante a qual ela é confrontada.

A presente tendência de sociedade internacional aponta para uma crescente e diversificada interdependência entre os Estados e para a necessidade de lhe dar resposta através de adequados ajustamentos da atividade diplomática. Na perspectiva de vários autores, esta necessidade iria separar a diplomacia clássica da nova diplomacia. De acordo com outros autores, a introdução da diplomacia multilateral e bilateral, lembrando que a diferença está sobretudo na evolução de métodos, nos estilos, e na diferente extensão das matérias tratadas no quotidiano diplomático.

Num futuro próximo, o desenvolvimento da diplomacia vai demonstrar naturalmente a diferente conjuntura que a envolve e sobre a qual deverá atuar. Nesta perspectiva, alguns aspetos poderão ser salientados, como o crescente e diversificado número de novos atores que participam na vida internacional (ONGs, Organizações Internacionais, Organizações Regionais, Multinacionais). Isto traz alguma confusão na distinção do que é atividade diplomática e quais são os seus verdadeiros atores, acrescentando que a rápida evolução das matérias e a amplitude das questões internacionais levaram os diplomatas a tratarem de assuntos técnicos e obrigaram os governos à contratação de peritos para a negociação diplomática.

A idade nuclear trouxe também um novo desafio à diplomacia tradicional, o fim da guerra-fria e o termo de um mundo bipolar mudaram a gestão dos problemas, tendo a diplomacia voltado a ganhar espaço, quer no plano bilateral, como no multilateral. Os conflitos étnicos e religiosos e a violação dos direitos humanos colocam novas questões e responsabilidades à prática diplomática. A nova dimensão de soberania e o futuro do Estado soberano em realidades supranacionais como a União Europeia, são também novos assuntos para a diplomacia contemporânea como instrumento do Estado. Um dos mais importantes factores que marca a era da globalização e que afeta a evolução da

diplomacia é a rápida revolução tecnológica nos domínios da comunicação e dos transportes. Antigamente, os diplomatas agiam sem instruções ou as aguardavam durante meses, agora a sua tarefa parece bem mais circunscrita. Ao comparar as alterações da atividade diplomática ao longo dos anos, vários autores sublinham a sua reconhecida capacidade de adaptação a novas circunstâncias, acrescentando que a diplomacia contemporânea mostra todos os sinais de adaptação dinâmica às novas condições.⁴

Com efeito, o acompanhamento quotidiano da comunicação social parece confirmar este acontecimento, pois torna-se visível o crescente recurso ao acto diplomático para minimizar erros de estratégia política ou procurar resolver confrontos entre os Estados. Simultaneamente, vem-se afirmando a importância determinante do processo multilateral para a regulação dos assuntos políticos, de defesa ou económicos mundiais, o insubstituível valor de uma objetiva informação diplomática ou os positivos resultados para ganhar apoios através de uma hábil diplomacia pública.

Em todo o mundo e em cada um dos países, existe uma rede de embaixadas e consulados, um número crescente de funcionários diplomáticos e consulares, de agregados e conselheiros técnicos dessas mesmas missões, o conteúdo e diversidade das suas funções, apenas demonstram a importância que envolve a diplomacia bilateral para o relacionamento entre os Estados e para a estabilidade do sistema internacional. A diplomacia bilateral, na sua forma de ação permanente e contínua, engloba o vasto leque de todas as matérias de política externa e de todos os assuntos que dizem respeito ao relacionamento entre os Estados, a que se junta também aquelas que dizem respeito ao relacionamento dos Estados com as Organizações Internacionais.

O aumento e diversidade das áreas de intervenção da diplomacia bilateral, com a introdução de matérias económicas, comerciais, culturais, educativas, sociais, militares, tecnológicas, científicas, etc., trouxeram modificações no que trata da complexidade e dimensão das interações, da distribuição do poder, da emergência de outros atores não estaduais no âmbito das relações internacionais, dos novos agentes da diplomacia dos Estados, do surgimento de diferentes modelos na prática diplomática e da influência e

⁴ CALVET DE MAGALHÃES, José, A DIPLOMACIA PURA, 2ª edição, Bertrand Editora, Venda Nova, 1996, pp. 168-171.

impacto dos novos meios de comunicação e de informação, com a transmissão em tempo real dos acontecimentos em todo o mundo.

O prazo da diplomacia bilateral, realizado pelo consentimento das partes, provem de uma necessidade estrutural dos Estados manterem intacto um dos instrumentos visíveis e de prestígio da soberania, direcionada essencialmente para o plano externo e treinada para a defesa do interesse nacional, como forma estratégica de precaução frente a evoluções consideráveis num sentido federalista ou mesmo anti estatal.

Enquanto modelo específico de funcionamento e de organização das práticas diplomáticas, a diplomacia multilateral, com uma filosofia de ação direcionada para o aumento de interesses comuns, deveria tornar-se numa atividade independente e distinta da diplomacia bilateral, na sequência de grandes guerras, através da realização de importantes congressos de política internacional, para restabelecer a paz, penalizar os Estados corruptos, estipular sanções e proceder ao reajustamento das fronteiras territoriais. Sabendo que a diplomacia multilateral se desenvolve, de forma relevante, em domínios relacionados, menos com a política, mas mais com a economia, as finanças, o comércio, a cultura, a defesa, etc., a intervenção de quadros técnicos assumiu especial importância nesses conteúdos, retirando, de certa forma, o estatuto da figura do diplomata tradicional.

Estas alterações têm a ver com as modificações significativas da sociedade internacional e com os seus reflexos na vida material e económica dos Estados, e, em último caso, na própria política nacional, em que os departamentos sectoriais da administração do Estado passaram a intervir directamente, na condução da política externa, sempre que os temas em questão sejam da respectiva responsabilidade. O multilateralismo substituiu a conciliação de interesses, que se refere à preocupação central da política dos Estados e à função essencial da diplomacia bilateral, pela colaboração, para aumentar interesses comuns.

As reuniões de coordenação dos parceiros das organizações regionais, nas quais participam os diplomatas de cada um dos países-membros, tornaram-se uma prática habitual da diplomacia multilateral, que prepara as respectivas posições comuns, que serão debatidas e defendidas, quer nas grandes conferências multilaterais universais, quer no quadro das organizações internacionais regionais ou mundiais. Atualmente, a

diplomacia multilateral é uma realidade consagrada, quer na prática, quer no âmbito institucional, cuja ação ultrapassa o campo tradicional da negociação diplomática, ao introduzir novos métodos e distintos agentes. Confirma-se que o princípio de atuação da diplomacia multilateral já se distingue das relações diretas entre os Estados, ou seja, à diplomacia bilateral, apesar da sua interação e complementaridade. Esta sobreposição decorre das tendências supranacionais do multilateralismo.

No que trata da diplomacia bilateral, esta processa-se entre representantes de dois Estados, normalmente através de Embaixadores acreditados, enquanto a multilateral envolve representantes de vários Estados, quer no seio de organizações internacionais de natureza universal ou regional, quer no caso de conferências diplomáticas, para tratarem de assuntos de interesse comum. São domínios diferentes mas não opostos da atividade diplomática. No plano bilateral, os interesses envolvem dois países, enquanto no multilateral se regista uma comunidade de interesses de vários países ou grupos de países que procura uma promoção coletiva. É importante sublinhar que são dois métodos diplomáticos que se complementam.

Torna-se relevante, nas últimas décadas, que a diplomacia multilateral tem vindo a ganhar um maior espaço de intervenção, visto que os problemas defrontados pela comunidade internacional são cada vez mais globais, apesar de se tornar importante referir a crescente utilização da atividade bilateral, não só no seu contexto tradicional de regulação dos interesses entre dois Estados, mas também como indispensável acompanhamento do trabalho realizado no quadro multilateral, que a experiência mostra não dispensar o apoio da diplomacia bilateral.

Segundo Calvet de Magalhães, a diplomacia paralela representa um desvio da normalidade da ação diplomática, considerando-a assim como uma patologia. É uma prática que vem acompanhando a evolução da diplomacia desde a instalação das Embaixadas permanentes, consiste na utilização pelo poder político de agentes paralelos para estabelecerem contactos ou negociações por via diferente da via diplomática institucional. Calvet não acredita muito no resultado favorável do uso desta prática, pois, mesmo se tem por objetivo defender inequívocos interesses nacionais, produz quase sempre resultados contraproducentes e notoriamente penalizadores para a própria

credibilidade dos representantes oficiais do Estado e, conseqüentemente, para a eficácia do seu trabalho futuro a favor do país.⁵

No que diz respeito a este tipo de diplomacia, é possível distinguir a atividade diplomática desempenhada por agentes designados pelo órgão político constitucionalmente legítimo para a execução da política externa de um Estado e aquela que é realizada por agentes de órgãos do Estado que não possuem essa legitimidade. A prática desta diplomacia, traz conseqüências negativas no plano interno e externo do país que a ela recorrer, pois prejudica-se o princípio básico da unidade de condução da política externa com projeções nocivas para os interesses essenciais do Estado.

Ao longo dos séculos, com a evolução histórica e devido às circunstâncias de cada época levaram a alterações na diplomacia, sem que ela tenha sofrido qualquer alteração no essencial. Duas características essenciais da diplomacia são a continuidade e evolução. A diplomacia contemporânea engloba vários modelos, que representam apenas formas diferentes de organização e de execução das funções da diplomacia.

A diplomacia, enquanto instrumento da política externa, tem capacidade de se adaptar às diferentes circunstâncias e adquirir diversas formas em função de quem a executa e do seu próprio conteúdo, ao inverso da política externa, que se encontra intimamente ligada ao exercício do poder e ao conceito de defesa nacional de cada Estado, o que a torna mais estável estrategicamente. Sendo a diplomacia um recurso instrumental do Estado, não marca uma finalidade da sua ação, nem em si mesmo, visto que a sua atividade molda-se à própria dinâmica da sociedade. A diplomacia contemporânea segue o desenvolvimento crescente da vida internacional e a descentralização da autoridade do Estado. Esta prática mantém conteúdo e funções idênticas, independentemente da sua condição, determinada pela natureza das coisas e da vida em sociedade.

No que diz respeito à diplomacia contemporânea, existem outros modelos, para além dos já existentes da diplomacia clássica, que devem ser considerados dentro do sistema diplomático internacional relativamente à realidade dinâmica do mundo moderno e do relacionamento internacional. O vasto conjunto de modelos pretende incentivar a reflexão sobre a constituição diplomática atual e reflectir sobre os

⁵ CALVET DE MAGALHÃES, José, A DIPLOMACIA PURA, 2ª edição, Bertrand Editora, Venda Nova, 1996, pp. 143-149.

instrumentos da política externa do mundo moderno, quanto às alterações da sociedade internacional e do próprio Estado.⁶

1.2. Os objetivos culturais, políticos, sociais e económicos da Diplomacia Pública.

Hoje em dia, a diplomacia encontra-se confrontada com a necessidade de se adaptar a um novo campo de relações internacionais multiformes e pluri-representativas, supranacionais, estatais, infra estatais e não-estatais, utilizando artifícios que tanto podem dissimular o real como colocar a diplomacia em aberta competição com outros agentes não-governamentais, para preservar a sua legitimidade e eficácia e também a própria legitimidade e eficácia do sistema internacional de Estados. A história da diplomacia foi influenciada essencialmente pela civilização europeia. No decorrer do século XX, assistiu-se a uma maior influência da cultura política norte-americana na diplomacia, moldando o respectivo desempenho aos interesses da nação americana e à sua percepção do mundo e das relações internacionais. Os seus procedimentos e forma de execução eram baseados na negociação, através de intermediários legitimamente orientados pelos chefes de governo, na comunicação e nas relações entre os Estados.

Visto que a diplomacia tem como perspectiva a condução de negociações entre Estados, levando à conciliação dos conflitos de interesses sem recorrer à força, o segredo de Estado e a confidencialidade na diplomacia ganharam um significado bastante importante em todas as etapas da negociação diplomática, até à sua finalização. Bismark colocou em prática a política de pactos e o “equilíbrio de poder” que ao longo de mais de dois séculos e até à eclosão da I Guerra Mundial, assinalou a política europeia, baseados na sustentação do carácter secreto da diplomacia.

A margem de manobra dos governos no que trata da política externa, depois da triste experiência da guerra, tornou-se mais reduzida, visto que começou a existir uma maior intromissão no que diz respeito a questões internacionais de uma opinião pública mais atenta e exigente relativamente a uma maior informação e a uma participação mais

⁶ MONGIARDIM, Maria Regina, DIPLOMACIA, Edições Almedina SA, Coimbra, 2007, pp. 43-45.

ativa nos destinos pretendidos, principalmente quanto a um controlo dos respectivos governos.⁷

No eclodir da II Guerra Mundial, a eficácia do diálogo direto dos dirigentes políticos ficou provada, no geral, com a opinião pública e, em particular, com as populações dos países ocupados. O próprio Churchill fez uso deste método e favoreceu-o através da colaboração dos serviços ingleses de informação, visto existir uma perda das práticas tradicionais da diplomacia clássica, devido à situação de guerra vigente. Neste contexto, o objetivo dos aliados era, sobretudo, incentivar a resistência e animar os movimentos de revolta contra o invasor nazi, uma estratégia que beneficiou bastante deste método de propaganda política.⁸

Face à necessidade da adopção de planos de contingência e à evolução das estruturas internacionais exigentes, o Estado-soberano foi levado a modificar o antigo método de direção centralizada do processo diplomático, para poder responder às várias exigências, multiplicando as redes e as atuações diplomáticas em todas as áreas da sua responsabilidade e intervenção. Como resultado, grande parte da sua capacidade de coordenação viu-se reduzida e limitada a sua autonomia na planificação e execução das políticas do Estado.

Nos dias de hoje, em que os avanços tecnológicos reduziram as noções de tempo e de espaço, e tornaram a conquista da informação mais rápida, feita em tempo real, através dos novos meios de comunicação que transformaram as comunidades numa “aldeia global”, a palavra assumiu, na vida política nacional e internacional, uma relevância tal, que chega mesmo a ultrapassar, tanto o verdadeiro significado dos atos, como os próprios acontecimentos político-diplomáticos, parecendo ter-se tornado mais importante desvendar o significado dos discursos políticos do que esclarecer o enquadramento das intervenções, o significado dos progressos tecnológicos e a influência que os mesmos possam ter em determinados meios políticos, sociais e económicos. Um dos aspetos mais relevantes da atualidade prende-se com o facto de já não existir apenas uma relação unidirecional entre governantes e governados, com vista a assegurar a manutenção do sistema, uma vez que o poder do verbo, expandindo-se, permitiu a libertação e a divulgação de projetos políticos antes ocultados.

⁷ MONGIARDIM, Maria Regina, *DIPLOMACIA*, Edições Almedina SA, Coimbra, 2007, pp. 41-43.

⁸ MOREIRA, Adriano – “A Diplomacia Pública” in *Diplomatas e Diplomacia. Retratos, Cerimónias e Práticas*, Coord. Zília Osório de Castro, Livros Horizonte, Lisboa, 2004, p. 213.

O teatro burocrático acentuou a autonomia dos três discursos políticos do poder, o discurso da conquista, o discurso da mobilização e o discurso da justificação, com relação a qualquer formação política, conferindo-lhe um perfil mais atuante e indutor, e reforçando, simultaneamente, a carga simbólica que permite uma maior interiorização da semântica utilizada e a adesão daqueles a quem o discurso é dirigido.

Enquanto o discurso da conquista se destina a conseguir uma submissão ao ato de força ou à captura do poder de adesão, caracterizando os períodos eleitorais dos regimes democráticos, o discurso da mobilização, no caso da conquista do poder, procura garantir a obediência, a cooperação e a adesão social aos pressupostos políticos enunciados, rectificando promessas, sobrevalorizando os efeitos da herança política e abandonando a demagogia da ilusão em prol da demagogia da eficácia.

Este discurso é recorrente em regimes sem alternância do poder, constituindo características como a durabilidade, a repetição, a normalização e o recurso a uma interpretação da história que sustenta a passada conquista do poder. A utilização repetida de slogans, frases curtas, sugestivas e apelativas, e a criação de ambientes cativantes que convidem à participação e à adesão, como cenário envolvente irrecusável, são elementos instrumentais do discurso mobilizador. O discurso da justificação intervém, por sua vez, num quadro de defesa perante as instâncias de julgamento político das ações desenvolvidas e das faltas. A unidade destes discursos reside não apenas no sujeito que os produz, mas também nos objetivos perseguidos, sendo a conquista, a manutenção e o exercício do poder, enquanto a verdade, a coerência ou incoerência dos mesmos são submetidas a uma avaliação pragmática dos resultados obtidos.

Assim, mais do que o significado dos discursos, o que hoje está sobretudo em causa é o poder do verbo e a faculdade que as novas tecnologias vieram introduzir, com a associação de imagens, para que esse poder possa efetivamente ser exercido, mediante uma publicitação orientada para o fim pretendido. Trata-se da ação política e social com um fim, o que implica seleção, escolha, método e a consideração dos fatores psicológicos do sujeito a que se destina, para obtenção do resultado pretendido. Construir uma imagem e divulgar essa imagem, construir um discurso e divulgar esse discurso, de acordo com as regras da comunicação, da valorização dos aspetos simbólicos e do seu impacto, da simplificação da mensagem, da penetração desta e da

sua aceitação e interiorização, são elementos obrigatórios do novo discurso político de mobilização, repetitivo, sugestivo e apelativo.

Entrelaçadas estas considerações, pode concluir-se que numa época de globalização e do poder da informação, proporcionado pelas novas tecnologias, a palavra e a imagem, como instrumentos de divulgação e de promoção, estão intimamente associadas ao discurso político. Independentemente dos conteúdos e do seu significado, o fim perseguido é sempre a mobilização dos povos, seja para uma participação colaborante e consentida, em regimes democráticos, seja para uma adesão compulsiva, que possa servir de justificação e de apoio à conquista do poder e seu exercício, em regimes arbitrários ou sem alternância.

Se o poder veio beneficiar, a nível nacional, destes novos meios de promoção e de captação de votos, internacionalmente, o clima de competição entre as potências, os conflitos político-ideológicos, a perda de autonomia e de autoridade do Estado-soberano, com o conseqüente esforço de recuperação da sua soberania, o incremento da democratização e a transparência forçada da vida política, e uma tendência para conferir legitimidade às ações desenvolvidas no plano internacional, por outros agentes que não os Estados, haveriam de se projetar, também, em idêntico processo de aproveitamento do poder da informação e dos instrumentos tecnológicos disponíveis.

Por outro lado, a complexidade crescente da cena internacional, particularmente acusada desde o final do século passado, com a dinâmica da mundialização, o nascimento de uma variedade de novos Estados construídos sobre as ruínas do antigo império soviético, a emergência das forças transnacionais, o surgimento de novos atores distintos dos Estados, e uma acentuada mobilidade das populações, bens e serviços, mais intensificaria a tendência para o recurso às novas tecnologias da informação e da comunicação, no sentido de transmitir uma ordem sobre a desordem e caos mundial.

É na articulação desses diferentes fatores que irá implantar-se uma nova prática político-diplomática, que deu conteúdo ao conceito de diplomacia pública, cujo fundamento reside na ambição de construir e divulgar, publicamente, uma determinada imagem do país, de promover um conjunto de valores, de justificar uma determinada ação ou de induzir a comunidade internacional para a aceitação pacífica de uma dada

intervenção, e de alcançar um capital de simpatia susceptível de dar eficácia à política externa delineada.⁹

Fortalecendo este processo, a revolução tecnológica dos meios de comunicação veio reforçar o carácter descaracterizador de novos conceitos e práticas que se aproximam dos princípios existentes na definição de diplomacia pura, levando a uma nova conceptualização integradora desses conceitos e práticas diferentes. O conceito de diplomacia pública compromete-se a responder a esta conceptualização integradora.

Falar-se de diplomacia pública implica reconhecer a existência de uma prática diplomática inovadora que sai da normalidade daquilo a que a tradição nos habituou no campo da execução da política externa, cometida, em regra, a entidades e canais próprios e privilegiados no quadro da norma dos governos e das suas representações oficiais sediadas no estrangeiro. Ainda que não tenha ocorrido um abandono dessas práticas regulares e institucionais, que caracterizam a diplomacia clássica, a diplomacia pública alarga e motiva a aparência da sua intervenção, direccionando-se, sobretudo, à sociedade civil internacional, com o objetivo finalista de alcançar simpatias e adesões a uma determinada causa, uma determinada orientação, um determinado ato ou intervenção.¹⁰

O sucesso das novas tecnologias e a utilização das mesmas na divulgação da informação junto de diferentes públicos, de diversas nacionalidades, mudaram radicalmente velhas práticas diplomáticas, obrigando os Estados a dotarem-se dos instrumentos necessários a uma concorrência internacional na matéria e a terem que abrir mão de certos privilégios, pondo ao serviço dos públicos interessados páginas web, jornais electrónicos, informação online de centros de pesquisa, referências bibliográficas e de serviços, etc., e permitindo aos seus agentes diplomáticos a respectiva participação em diferentes atividades públicas, ou a mostrarem uma face visível aos meios de comunicação social, se bem que devidamente ajudados, por norma, pelos gabinetes de imprensa oficiais ou pelos institutos culturais, económicos e sociais nacionais.

⁹ MOREIRA, Adriano – “A Diplomacia Pública” in *Diplomatas e Diplomacia. Retratos, Cerimónias e Práticas*, Coord. Zília Osório de Castro, Livros Horizonte, Lisboa, 2004, pp. 213-224.

¹⁰ MONGIARDIM, Maria Regina, *DIPLOMACIA*, Edições Almedina SA, Coimbra, 2007, pp. 43-45.

O papel da diplomacia pública tem vindo a assumir uma importância crescente, sobretudo, a partir do momento em que novos atores de diferentes domínios, com capacidade para se impor e agir internacionalmente, fizeram a sua aparição na cena mundial ignorando os Estados ou em aberta competição com eles, reclamando das autoridades estatais uma resposta concordante com os seus propósitos de recuperação do tradicional estatuto do Estado como único e legítimo interlocutor internacional, e de recomposição adequada do sistema. Em obediência a esta estratégia, as campanhas da diplomacia pública recorrem a diversas atividades, iniciativas e programas, normalmente desenvolvidos através da cooperação e promoção cultural, do intercâmbio académico e científico, da realização de cursos, conferências e seminários, da troca de estudantes, de feiras e exposições, e de diversas atividades informativas, nomeadamente, em sede de publicações e media. É importante referir-se que, neste quadro, o impacto e crescimento da extensão das novas tecnologias da informação transmitiram uma nova dinâmica na diplomacia pública, obrigando a adequações sistemáticas, quer da sua linguagem e forma, quer na adoção de instrumentos e meios que permitam um acesso eficaz aos públicos-alvo.

Para além de considerações de tipos normativo e de substância, são imperativos de eficácia do discurso que regem o exercício da diplomacia pública, sendo certo que a mesma trata de “construir” e “vender” uma imagem positiva e aliciante de um novo “produto” que, neste caso, é o próprio Estado e ao qual está associado, em ordem a realizar os seus interesses e a influenciar a opinião pública internacional.¹¹

O objetivo principal da diplomacia pública consiste em influenciar direta ou indiretamente a decisão de um Estado enquanto ator das relações internacionais, exercendo influência junto dos seus cidadãos, utilizando para este efeito instrumentos fundamentais como a informação, a educação e a cultura, onde se gere uma variedade de redes de comunicação estratégica, de relações e vínculos numa perspectiva a longo prazo e de intercâmbios.

Existem várias instituições de línguas estrangeiras, que se encontram assim inseridas numa estratégia da Diplomacia Pública com vista a reforçar o conhecimento de línguas e culturas estrangeiras, como é o caso, do Instituto Confúcio, do Instituto

¹¹ MOREIRA, Adriano – “A Diplomacia Pública” in *Diplomatas e Diplomacia. Retratos, Cerimónias e Práticas*, Coord. Zília Osório de Castro, Livros Horizonte, Lisboa, 2004, pp.213-224.

Goethe, do British Council, do Instituto Cervantes, do Instituto Camões, entre outros. Este fenómeno deve-se ao facto da existência do consenso de que a aquisição de pelo menos uma língua estrangeira é fundamental para agarrar as oportunidades que possam surgir no mundo, visto que os países estão cada vez mais globalizados. Sabendo que as várias instituições trabalham, numa base de complementaridade, com vista a valorização e promoção de línguas no estrangeiro. Essas instituições têm como missão desenvolver o ensino de línguas e gosto pelas respectivas culturas em todo o mundo.

Após o 11 de Setembro, o conceito de diplomacia pública surgiu mais frequentemente, a revolta era representada através de estratégicas comunicações e mensagens. Os americanos perguntaram por que razões algumas pessoas no Médio Oriente fariam tal crueldade. O objetivo era, através do ato de comunicar com as pessoas de toda a região, poder superar mal-entendidos e prevenir outro ataque aos Estados Unidos. A diplomacia pública tornou-se o centro das atenções. Os relatórios e os estudos que foram elaborados apareceram como respostas à forma como a América deveria comunicar com o mundo muçulmano. Centenas de recomendações foram propostas, algumas foram implementadas. Ainda assim, comunicar com populações muçulmanas permaneceu problemático. Na verdade, a experiência de oficiais de diplomacia pública com países muçulmanos foi abandonada. Tal facto se refletiu nas recomendações, feitas na sua maioria em Washington, relacionadas com os pedidos de crescentes orçamentos, o ensino das línguas, criação de novos escritórios, reorganizar as tarefas burocráticas ou a criação de parcerias público-privadas.

Mas as reais melhorias na diplomacia pública só chegarão através de ideias extraídas da experiência adquirida ao longo do tempo pelos oficiais que entenderam o que funciona ou não nos países muçulmanos. Cada país e região são muito diferentes, têm interesses diferentes. De facto, a diplomacia pública exige prioridades diferentes em cada país e essas prioridades precisam ser equilibradas por cada embaixada. A maioria dos países do Médio Oriente não são significativamente diferentes, mas comunicar nestes países exige habilidades diferentes. Os meios são importantes, mas não como nos Estados Unidos, muitos países muçulmanos não são suficientemente ricos ou letrados para suportar uma cultura on-line de grande porte. Os olhos são o ponto de partida para as trocas profissionais e educacionais. O uso da língua inglesa não é suficiente. No Paquistão, a linguagem inglesa atinge 0,01% do público.

De facto, os debates nos países muçulmanos são realizados em árabe e outros idiomas muçulmanos. Há uma grande quantidade de informações incompletas sobre o que realmente se passa em países muçulmanos. Seus países e culturas são difíceis de entender para muitos dos países no Ocidente. Mas a diplomacia pública é uma fonte valiosa para começar a compreendê-los.¹²

Diplomacia pública é um termo recente, com raízes nos EUA, querendo significar as diversas atividades promovidas pelos governos para influenciar positivamente as opiniões públicas e as organizações estrangeiras relativamente à imagem ou a políticas dos seus países. Visto desta forma, torna-se difícil no que este novo trabalho difere das antigas práticas que sempre ocuparam os diplomatas na promoção das suas pátrias.

Após análise, pode-se concluir que não só o quadro das relações internacionais se vem alterando em atores, questões e prioridades, como a revolução tecnológica e a globalização que dela decorre obrigam os responsáveis políticos a utilizar novos meios para captar apoios para as suas opções externas, com o objetivo de corrigir imagens dos respectivos países, nomeadamente a fim de defender as suas economias e para responder rápida e adequadamente a uma opinião pública cada vez mais transnacional e interventiva. Sendo a diplomacia um instrumento de persuasão para obter do governo em que uma missão engloba políticas, posições ou apoios favoráveis ao país que representa, a diplomacia pública procura atingir esse objetivo indiretamente, através dos canais não oficiais, respectivamente pela diversificada via dos media ou mediante ações de âmbito cultural.

Vários autores definem a diplomacia pública como sendo algo que engloba basicamente tudo o que uma nação faz para se explicar ao mundo, o que envolve as atividades de diversos atores e organizações, como artistas, canais TV, escritores, jornais, etc., com influência nos públicos estrangeiros. Se este tipo de diplomacia exige naturalmente uma estreita colaboração entre as autoridades nacionais e diversos indivíduos e organizações, entende-se no entanto que dever-se-á restringir o seu conceito, considerando apenas por ele abrangidas as iniciativas orientadas ou coordenadas ao nível diplomático, pelos respectivos agentes e missões.¹³

¹² http://csis.org/files/publication/120413_gf_douglas.pdf (consultado a 15-06-2012).

¹³ NOYA, Javier, *Diplomacia Pública para el siglo XXI*, Barcelona: Ariel, 2007, pp. 91-130.

Neste contexto, é importante assinalar alguns aspetos que acompanham a prática da diplomacia pública. Começando pela diferença entre aquela que é praticada pelas grandes potências e a seguida pelos pequenos e médios países, no que trata sobretudo dos objetivos a cumprir, enquanto as primeiras se preocupam em transmitir uma mensagem de explicação de políticas, os segundos procuram sobretudo obter uma melhor visibilidade internacional ou minimizar défices da sua imagem. Para ser eficaz, a diplomacia pública requer diálogo e debate com os alvos a que se destina, o que a distingue da propaganda tradicional, geralmente orientada num só sentido, e obriga os agentes diplomáticos a uma formação e a uma disponibilidade que tenham em conta as novas responsabilidades do seu trabalho. Na opinião de Jan Melissen, a diplomacia pública vem assumindo uma grande importância nos nossos dias, tornando-se cada vez mais relevante, pois desempenha um papel de grande valor no estabelecimento da posição de um país no mundo e na transmissão de objetivos políticos.¹⁴

As políticas externas e as representações exteriores dos países encontram-se forçadas a enfrentar uma evolução acelerada das mudanças internacionais, levando a uma nova diplomacia, a Diplomacia Pública. Esta surgiu em 1965, nos EUA, por Edmund Gullion, diplomata e decano da Fletcher School of Law and Diplomacy da Tufts University, e por Edward Murrow, jornalista da CBS e responsável da United States Information Agency durante a administração Kennedy. A diplomacia pública é o conjunto de diversas atividades promovidas pelos governos para influenciar positivamente as opiniões públicas e as organizações estrangeiras relativamente à imagem ou a políticas dos seus países. Trata-se da influência de opinião pública sobre o planeamento e realização de políticas externas. Abrange aspetos de relações internacionais além da abrangência da diplomacia tradicional. Inclui a cultivação de opinião pública noutros Estados, a interação de grupos e interesses privados do nosso país com aqueles de outros países e fluxos internacionais de informação e ideias.¹⁵

Apesar daquele princípio orientador, a crescente pressão da opinião pública e a tendencial democratização da vida pública, a diplomacia permaneceu moldada, por norma, às regras da ideologia, superestrutura do Estado que aquela representava oficialmente no cenário mundial, aos contornos específicos da ordem internacional, à

¹⁴ MELISSEN, Jan, *The New Public Diplomacy. Soft Power in International Relations*, New York: Palgrave MacMillan, 2005, pp. 123-145.

¹⁵ NOYA, Javier, *Diplomacia Pública para el siglo XXI*, Barcelona: Ariel, 2007, pp. 91-130.

competição mundial e aos interesses nacionais em presença, sustentada por regras estritas do direito interno e internacional. Todavia, com a democratização da política e a intervenção mais ativa e atuante dos órgãos da comunicação social, iria acabar por impor-se o princípio da transparência, sinónimo de veracidade e autenticidade na vida pública, limitando a prática e os efeitos da manipulação da informação, normalmente conduzida pelos setores dominantes da sociedade, e inviabilizando as tendências propagandísticas, existentes, sobretudo, nos poderes públicos mais carecidos de legitimidade política.

Por outro lado, o desenvolvimento da prática de tribuno das diplomacias, num cenário em que se pretendia afirmar e consolidar uma nova ordem mundial, mais justa, equitativa e participativa, acrescentou maiores transparência e dinamismo a uma diplomacia que queria fazer-se aceitar e ser reconhecida, como instrumento útil e imprescindível, por todos os agentes da sociedade.

Nesse cenário, em que o multilateralismo institucional parecia impor-se, sem contestar, em que a sociedade civil se afirma e se projeta em todos os setores dinâmicos da vida dos países, em que os processos de integração e de cooperação regional tendem a reduzir os tradicionais poderes dos Estados a simples poderes residuais, em que os avanços tecnológicos permitem a troca de ideias, de experiências e de informações, o contacto direto entre povos e administrações, e a formação de novas identidades, desvalorizando, em parte, o papel do diplomata, e em que se assiste, através do aparecimento de solidariedades horizontais e das forças transnacionais, a uma diminuição da margem de manobra arbitrária dos Estados, importava contornar as dificuldades colocadas, a todos os níveis, por uma competição atrevida e por uma opinião pública, cada vez mais atenta e sensibilizada para temas internacionais, aproveitando a oportunidade oferecida pelos novos meios e instrumentos existentes, e por um clima propício, para se fazer passar a mensagem adequada aos interesses de Estado. Desta forma, surgiu um novo conceito na prática diplomática, a chamada diplomacia pública, obtendo tributo no discurso político dos governantes e beneficiando dos avanços tecnológicos, da chamada “aldeia global” e de uma opinião pública, mais participante, activa, atenta e influente nas decisões políticas dos governos.

O teatro burocrático, favorecido pelas novas tecnologias de informação e de comunicação, pelos “mass media”, pela engenharia e “marketing” políticos, encontra

hoje pleno reconhecimento e aplicabilidade na condução das políticas externas dos Estados, exercido por figuras públicas de prestígio e responsáveis políticos, e ainda por alguns diplomatas, em diversos elementos de intensa cobertura jornalística, televisiva e de massas, onde se afirmam como oradores e potenciais veículos de posturas oficiais, por forma a ultrapassar forças de resistência e a sensibilizar as opiniões públicas para as suas causas e propósitos. Subjacente a este princípio, o importante é criar e promover uma imagem determinada, uma “imagem de marca” e de prestígio, que responda às necessidades conjunturais de um país ou de uma região.

No quadro de uma sociedade transnacional e globalizante, trata-se de um novo modelo de projeção e contacto, mais direto e finalista, e de um discurso político de mobilização, mediante o qual são inseridas orientações dos governos, contribuindo para examinar sentimentos e reações a determinadas decisões políticas, para formar uma opinião pública, tornada assim, mais receptiva, para alargar ou abreviar, consoante os casos, os tempos da decisão dos poderes públicos.

Guiando-se pelo interesse nacional e beneficiando de uma reconhecida capacidade intelectual, a generalidade dos agentes da diplomacia pública espera obter resultados vantajosos da sua intervenção, que possam complementar a ação da diplomacia clássica, percorrendo caminhos mais complexos e abrindo-lhe novas perspectivas e espaço público de atuação, e servir a estratégia delineada pelos respectivos poderes de decisão. Uma cuidada preparação e a qualidade dos conhecimentos adquiridos conferem, normalmente, ao agente da diplomacia pública uma superior capacidade de análise e de intervenção, bem como uma expectativa mais próxima do real sobre os resultados da sua ação, para servir melhor o interesse político do Estado.

Numa época em que se aprofunda a crise de soberania do Estado, em que se assiste a uma alteração de valores e modos de conduta das populações, em que a ideologia já não constitui um modelo superior de referência, em que a coesão da comunidade nacional e a solidariedade vertical entre governantes e governados tendem a dissolver-se noutros tipos de solidariedade horizontal, e em que o corporativismo diplomático, enquanto categoria profissional beneficiando do monopólio da representação do Estado, está num processo de conjugação tendencial, devido, ao aparecimento de novos atores na cena política internacional, a diplomacia pública tenta, não apenas, reforçar a legitimidade e a eficácia da política externa oficial, mas, também, conquistar, para os

seus agentes, uma quota de prestígio, garantia da viabilidade da mensagem e dos seus efeitos positivos na opinião pública internacional.¹⁶

Ao contrário desta atuação, a diplomacia pública pode significar, também, um distanciamento face ao mecanismo burocrático do Estado, tradicionalmente dirigista e demasiado fechado sobre si próprio, ao mesmo tempo que procura uma aproximação conceptual e prática às atuais teorias da modernização política, social e económica, em obediência aos princípios da abertura, da transparência e da livre participação.

Se bem orientada, a diplomacia pública pode consistir sempre num esforço de identificação com a comunidade, em função do interesse geral e da ruptura com padrões de classe ou de grupos de interesse. Nesse sentido, a diplomacia pública tenta promover a mobilização da comunidade, que está na base da superação da tradição, travada em pressupostos decadentes da política e do falso conhecimento. Dadas as múltiplas competências e especialidades hoje atribuídas à diplomacia, a sua execução implica uma adaptação funcional às atitudes, valores, expectativas e necessidades da própria comunidade, que já não se conformam com a noção nuclear e paradigmática do Estado, enquanto único centro legítimo do poder e entidade monopolizadora da organização e dinâmica da vida política nacional e internacional.

Por outro lado, as exigências do multilateralismo, da democratização, da transparência, da especialização e da coordenação intergovernamental, obrigaram a diplomacia a abandonar a exclusividade dos salões, das recepções oficiais e dos encontros de alto nível, em troca de uma maior proximidade às populações. Ao assumir, assim, um novo tipo de relacionamento com a sociedade civil, a diplomacia pública admite o desafio de sujeitar as suas premissas a uma avaliação por parte da sociedade, donde decorre o reconhecimento de uma nova capacidade de agir, como se se tratasse de uma nova delegação de poderes. Admite ainda o desafio de poder aumentar as tensões entre as elites políticas tradicionais e as novas forças transnacionais.

Em ambos os casos, a diplomacia pública situa-se num papel de intervenção ativa entre as instâncias tradicionais de poder, as organizações intergovernamentais e a sociedade civil transnacional. Em qualquer dos casos, a diplomacia pública responde, sobretudo, a uma dimensão global da política, e menos a uma vertente particular da

¹⁶ MOREIRA, Adriano – “A Diplomacia Pública” in *Diplomatas e Diplomacia. Retratos, Cerimónias e Práticas*, Coord. Zília Osório de Castro, Livros Horizonte, Lisboa, 2004, pp. 213-224.

mesma. Consequência do liberalismo, do individualismo, da mundialização e globalização, a diplomacia pública é uma manifestação de democratização da própria diplomacia, que reclama o reconhecimento e a legitimidade da sua autonomia e independência, face ao peso e estagnação dos aparelhos burocráticos dos Estados, bem como a obediência aos princípios da liberdade, da participação, da informação e da difusão.

Reflexo da instabilidade generalizada e de um crescente individualismo e personalismo na política, a diplomacia pública é, também, o espelho em que se projetam a aposta e a luta das palavras, as modernas teorias da figura simpática e de um imaginário social, que vive e reage, mais prontamente, aos acontecimentos e fenômenos mediáticos do que às correntes de pensamento e às práticas políticas tradicionais. As diversas intervenções públicas de altos responsáveis políticos, na cena internacional, a sistemática desvalorização das salas parlamentares e dos grandes areópagos¹⁷ internacionais, em benefício dos “mass media”, a busca de horários nobres para a emissão e difusão dos seus discursos e palestras, o cuidado tratamento de uma imagem popular e de prestígio, que os conselheiros de imagem não negligenciam, e a preferência da forma sobre o conteúdo, visam contribuir para a criação de uma espécie de alegoria popular que, em muitos casos, mais se aproxima da ação propagandística do que da realização efetiva das boas políticas ou da solução de problemas concretos.

Na diplomacia pública acontece, igualmente, estarem presentes questões de identidade, de hierarquia dos poderes à escala mundial, bem como problemáticas relacionadas com a concorrência e a competição internacional, às quais as tribunas das organizações internacionais conferiram uma experiência rotineira de exposição e avaliação, mas não deram resolução concordante às suas reclamações e propósitos. É, sobretudo, neste âmbito, que a diplomacia pública joga um papel de singular oportunidade, fator sempre presente em qualquer ordem internacional, se bem que se considere não dever ser negligenciado um sentido de equilíbrio e de responsabilidade, sob os riscos do desrespeito pelas normas da boa prática e da boa-fé, ou de invasão da fronteira que separa os bons princípios de participação e transparência, da vulgar propaganda política.

¹⁷ Antigos tribunais de Atenas

Esta questão é tão preocupante quanto, ultimamente, tem sido manifesto que, num cenário internacional de elevada competição, de riscos acrescidos, de inimigos motivados e difusos, relativamente aos quais se tem tentado delinear um eixo geopolítico intocável e externo, determinado por diferentes padrões de cultura e civilização, e pelas ambições de uma República imperial arbitrária, a diplomacia pública tem servido mais para insistir em posturas radicais e excessivas, para estabelecer fronteiras simbólicas firmes, para manipular a opinião pública e para limitar a ação das organizações internacionais, preocupando-se menos por criar e consolidar consensos.

Assim delineada, a diplomacia pública descola de uma prática que se pretende inspirada por valores universais, tornando mais evidente o quanto a mesma é vulnerável a dogmas e se encontra sujeita a discursos propagandísticos, o que molda uma realidade dos nossos tempos à fuga que, ao longo dos anos, se tem tentado transmitir nas práticas diplomáticas, o qual consiste na excelência do direito sobre a força, e da autenticidade sobre a visão torcida dos interesses particulares. Pode considerar-se que a diplomacia pública, em termos de forma, passa por uma clara e persistente vontade de afirmação pela diferença, num mundo global a caminho da descaracterização das suas singularidades, ao mesmo tempo que facilita e promove a exigência da cidadania plena em todas as áreas do poder mundial.

Apesar disso, ela é sempre um desvio à diplomacia tradicional (a diplomacia pura) e uma manifestação de protagonismo que, no campo da substância, pode pôr em causa a coesão e a coerência da política externa do Estado, ao romper com os habituais procedimentos da estrutura diplomática, sustentados, essencialmente, por uma cadeia lógica de informação, observação, análise, reflexão, decisão e execução. Por último, não será irrelevante afirmar-se que a diplomacia pública pode, ainda, causar um desgaste na credibilidade e um deficit de legitimidade dos agentes diplomáticos credenciados do Estado.¹⁸

Atualmente, devido aos objetivos culturais, políticos, sociais e económicos, vários países já recorreram a uma diplomacia pública. Consoante os interesses e as necessidades de cada nação, ela é desenvolvida de forma específica para atingir os objetivos pretendidos. Países como os EUA, Rússia, Austrália, Espanha já exprimiram a

¹⁸ MOREIRA, Adriano – “A Diplomacia Pública” in *Diplomatas e Diplomacia. Retratos, Cerimónias e Práticas*, Coord. Zília Osório de Castro, Livros Horizonte, Lisboa, 2004, pp. 213-224.

necessidade de desenvolver uma diplomacia pública. Portugal encontra-se ainda numa fase inicial, mas o esforço por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros em implementar tal estratégia já se revela presente. Desde a década de 60, diversos fatores, como a Guerra Fria e até mesmo o 11 de Setembro, fizeram com que os Estados demonstrassem a necessidade de desenvolver uma diplomacia pública para influenciar ou melhorar a imagem de um país quer internamente quer externamente.

Para que uma diplomacia deste tipo possa revelar alguma eficácia junto do público estrangeiro, esta requer diálogo e debate com os alvos a que se destina. Podemos entender diplomacia pública como um trinómio: Identidade, Imagem e Comunicação, em que Identidade significa como o país é realmente, Imagem relaciona-se com a percepção que os outros (povos, países, etc.) possuem de um Estado e Comunicação representa os meios pelos quais a Identidade é transformada em Imagem. A diplomacia pública procura influenciar os cidadãos, utilizando meios que estejam ao seu alcance como por exemplo a informação, a educação, a cultura e o turismo, desenvolvendo uma estratégia a longo prazo das principais redes comunicativas numa relação governo a cidadão.

Tradicionalmente, o poder político dos estados é determinado pela força do seu exército ou da sua economia. À luz da nossa era de informação, a política consiste também em saber quem tem a melhor "história" para ganhar. A imprensa nacional tornou-se realmente numa espécie de moeda. Os governos opõem-se entre si ou comparam-se a outras organizações para valorizar a sua credibilidade e enfraquecer a dos seus opositores. A política desempenha uma função importante tornando-se numa história de reputação, mas também numa história de credibilidade no mundo globalizado. A história precisa captar a atenção para ganhar credibilidade.

A expressão “diplomacia pública” não é apenas um eufemismo para a propaganda estão enganados. Uma simples propaganda pode também não resultar como a diplomacia pública, tal como a diplomacia pública não representa apenas uma campanha de relações públicas. Para apoiar as políticas do governo, a diplomacia pública consiste num desenvolvimento de uma relação a longo prazo.

O contributo da informação direta de um governo em relação às ligações culturais de longa data muda de acordo com três aspetos, ou etapas, da diplomacia

pública, e cada uma destas três etapas é importante. A primeira etapa, a curto prazo, refere-se às comunicações diárias que defendem o contexto das decisões sobre política interna e política externa, que também engloba uma preparação para a gestão de situações de crise. A segunda etapa, a médio prazo, diz respeito à comunicação estratégica que contem um vasto leque de temas simples, podendo ser elaborada por uma campanha política ou propaganda. A terceira etapa, a longo prazo, é o desenvolvimento das relações de longa duração, ligadas a indivíduos chave, através de bolsas de estudo, intercâmbios, formação, seminários, conferências e acesso a canais mediáticos.

Mas, para poder vender algo, é necessário que seja um produto com alguma popularidade, senão nem a melhor publicidade daria bom resultado. Torna-se importante que a estratégia de comunicação vá ao encontro do caminho da política. As ações têm mais poder do que as palavras. A diplomacia pública é vista pelos políticos como um tratamento que pode ser administrado aos danos cometidos por outros instrumentos. A China, por exemplo, serviu-se da excelente organização de sucesso dos Jogos Olímpicos de 2008 para aumentar o seu *soft power*, mas devido às rudes medidas impostas no Tibete ao mesmo tempo, entre outros acontecimentos negativos têm prejudicado a imagem do país.

As grandes potências tentam usar a cultura e a literatura para criar um *soft power* que permitirá valorizá-las, mas elas nem sempre sabem como proceder. As críticas aos Estados Unidos temem que o excesso de militarização da política externa diminua a credibilidade do país. Em vez disso, eles defendem uma diplomacia dirigida por diplomatas experientes em novos meios de comunicação, comunicação intercultural, com um bom conhecimento do terreno e das redes relacionais em grupos sub-representados.

O papel da abordagem centralizada dos meios de comunicação com vista à diplomacia pública é sempre importante. Os governos devem corrigir todos os dias as más interpretações das suas políticas, e tentar transmitir uma mensagem estratégica de longo prazo. O principal ponto forte da abordagem dos meios de comunicação de massa está na sua cobertura da audiência, bem como na sua capacidade de desenvolver uma tomada de consciência do público e definir a ordem do dia. Mas a sua fraqueza reside na sua incapacidade de influenciar a maneira pela qual a mensagem é percebida em

diferentes contextos culturais. O remetente sabe o que diz, mas nem sempre o que os alvos ouvem. As barreiras culturais podem distorcer o que é ouvido.

As redes de comunicações podem ultrapassar as diferenças culturais com a ajuda da natureza recíproca das trocas e das relações cara à cara que elas induzem. Os governos, tendo em conta o seu mecanismo de responsabilidade política central, apresentam algumas dificuldades com este tipo de comunicação descentralizada e flexível. A maior flexibilidade das organizações não-governamentais na utilização das redes deu origem "à nova diplomacia pública", que não se limitam apenas à transmissão de mensagens, a campanhas de promoção ou até mesmo aos contactos governamentais diretos com públicos estrangeiros para servir as necessidades da política externa. Trata-se também da construção de uma relação com os atores da sociedade civil noutros países e facilitar as ligações entre atores não-governamentais locais e estrangeiros.

Nesta abordagem da diplomacia pública, uma política governamental com vista a essas redes transfronteiriças deve ser mais promocional e participativa do que repressiva. Demasiado controlo governamental, ou até mesmo o esboço de um tal controlo, pode minar a credibilidade que tais redes deveriam gerar. Esta evolução da diplomacia pública de uma comunicação unidirecional para um diálogo mútuo faz com que o público seja considerado co-criador de sentido e de comunicação.

O poder na era da informação global terá, mais do que nunca, de incluir uma dimensão suave de atração, mas também dimensões mais sólidas de coerção e de pagamento. A combinação eficaz destas dimensões é chamada "poder inteligente". A luta atual contra o terrorismo transnacional, por exemplo, é uma luta para ganhar os corações e os espíritos. Usar apenas o *hard power* por si só, não garantirá o sucesso. A diplomacia pública é uma ferramenta importante no arsenal do *smart power*, mas uma diplomacia pública inteligente requer uma boa compreensão de elementos tais como a credibilidade, a autocrítica e do papel da sociedade civil para gerar *soft power*. Se degenera em propaganda, a diplomacia pública não se torna convincente, para além de poder minar o *soft power*. Deve então continuar a ser um processo de duplo sentido, visto que o *soft power* depende, acima de tudo, da compreensão que temos dos outros.¹⁹

¹⁹ NYE, Joseph S. Jr., Bound to lead: The Changing Nature of American Power, New York: Basic Books, 1990, pp. 139-147.

1.3. A Diplomacia Cultural ao serviço do Estado.

Com o aumento das relações culturais internacionais em várias áreas e o avanço das comunicações entre os países, principalmente desde o final do século XIX, a questão do contacto cultural é presente nas relações internacionais, indiscutivelmente, mas ela pode ser analisada de diferentes maneiras.

A cultura dos vários países é, de qualquer forma, rica, dinâmica e variada, seja qual for a sua região. Mesmo porque a cultura de um povo não implica menor ou maior desenvolvimento desse povo, económica ou intelectualmente. A cultura é apenas a expressão de uma comunidade. O que importa é valorizar cada cultura e, através dessa valorização, enriquecer as diferenças que compõem o mosaico cultural universal. Todas as culturas são ricas, diversificadas e infinitamente divisíveis. No seio de cada cultura existem culturas de classe, culturas regionais, culturas de minorias, modismos culturais. Torna-se, assim, impossível definir ou classificar culturas fora desses grandes conceitos antropológicos, tais as interligações concebíveis, que por sua vez formam normas e combinações em permanente estado de evolução.

Numa definição mais resumida da concepção básica de cultura, pode-se dizer que é a soma de hábitos, costumes e realizações de um indivíduo, uma comunidade, um povo, ao longo de sua história. Essas realizações, por sua vez, envolvem todos os campos de atividade humana, das artes à ciência, da tecnologia ao folclore, da política à religião, da saúde ao desporto, do comércio ao lazer. A opção por uma definição abrangente fundamenta-se no pensamento de que a suprema manifestação de uma sociedade é a forma como ela vive, seus hábitos e costumes, e o que deixa para as gerações que seguem. É neste plano geral que deve ser colocado o primeiro plano da diplomacia cultural.

A aceitação e o respeito pelas diferenças que compõem o mosaico cultural internacional são essenciais à condução de um trabalho mais eficaz de relação intercultural. No mundo desenvolvido, onde existem os mais amplos recursos para atividades culturais realizadas em países terceiros, essa atitude unilateral pode causar certos ruídos que impedem de ouvir os sons que porventura existem do outro lado. É

justamente o ato de saber ouvir esses sons que constitui uma das funções essenciais da diplomacia cultural.

Embora seja difícil definir cultura fora dos grandes parâmetros antropológicos, é possível delinear o plano mais restrito e objetivo da diplomacia cultural, cujos temas podem ser mais definidos e geralmente se fazem presentes em todos os países com tradição em difusão cultural no exterior. Nesse contexto, o universo da diplomacia cultural poderia abranger temas como o intercâmbio de pessoas, a promoção da arte e dos artistas, o ensino de línguas, a distribuição integrada de material de divulgação, o apoio a projetos de cooperação intelectual e técnica, etc.

Com variações que dirão respeito às realidades de cada país, reflectindo as suas prioridades nesse campo, bem como questões de disponibilidade de recursos, esses integram os parâmetros mais amplos da diplomacia cultural. A cultura e as ações culturais são utilizadas para desenvolver a participação, o desenvolvimento, a educação, os direitos humanos e a liberdade de expressão. A cultura é cada vez mais reconhecida como um veículo para a concretização de outros objetivos, mais orientados para a questão dos valores. Assistimos a intercâmbios de estudantes, professores, jornalistas e artistas, e constatamos sinais de desenvolvimento com a utilização de dinheiro em cultura e em parcerias com países terceiros. Estas políticas podem ser utilizadas de modo mais coerente, fazendo uma coordenação mais estratégica entre os programas, visto que tanto o Tratado de Lisboa como a convenção da UNESCO estipulam que a cultura deve estar presente em todos os programas.

No plano regional ou internacional, a cooperação cultural constitui um poderoso campo na luta pela compreensão mútua dentro do respeito à diversidade, sendo a única forma válida de melhorar as relações entre povos e governos. No plano bilateral, um país ganha força se projetar com firmeza os seus valores e se abrir portas para os dos seus vizinhos.²⁰

O termo de diplomacia cultural, traduzido do inglês “cultural diplomacy” denota uma evolução contemporânea da diplomacia do Estado. Geralmente usado pelos estudiosos americanos, o conceito de diplomacia cultural não carrega em si uma definição exata e em muitos casos é confundido com conceito de diplomacia pública,

²⁰ RIBEIRO, Edgar Telles. Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira., Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, pp. 21-96.

que tem outras particularidades. No entanto, o conceito de diplomacia pública distingue-se do de diplomacia cultural também pela participação de iniciativas não-governamentais e por dirigir as informações e imagem positiva do país, para construir relações de longa duração com outros países.

Estendendo as obras de Joseph Nye sobre o destaque, ao lado de um *hard power* do estado, de um *soft power* mais cultural, tão importante para a influência dos Estados, o termo pretende reflectir a evolução que consiste para que os indivíduos não tenham que passar pelos chefes de estado, ministros e embaixadores para negociar num quadro político oficial, mas para usar a cultura para renovar o campo diplomático. Demasiado voltada para a cultura como identidade própria para os atores no contexto da globalização, a diplomacia cultural pretende a troca de pontos de vista, melhorar o conhecimento de outras culturas, a comparação das formas de fazer as coisas em todo o mundo a fim de resolver as diferenças que a diplomacia clássica não consegue resolver.

Na verdade, esta tendência para vender uma mensagem cultural, outra do que a política é antiga, mas o rápido desenvolvimento da globalização aumenta consideravelmente o número destes novos atores no cenário internacional e o número de ligações, muitas vezes importantes, assim estabelecidas. Os ataques de 11 de setembro de 2001 mostraram uma certa falência da diplomacia tradicional, e a importância em estabelecer pontes para evitar o "choque das civilizações" mencionado por Samuel Huntington. A diplomacia é cada vez menos o campo exclusivo dos Estados, e outros atores culturais entram agora em jogo: indivíduos, grupos, associações, comunidades, instituições, museus, teatros estão agora a contribuir para o desenvolvimento de uma diplomacia paralela, direta, que não precisa do intermediário dos Estados.

A diplomacia cultural está a tornar-se numa disciplina académica nos Estados Unidos, no quadro de estudo das relações internacionais. Na Europa, e na França, a maioria das obras disponíveis sobre este assunto tratam, principalmente, da história, com alguns temas prediletos: os Estados Unidos e a França sempre se preocuparam com a dimensão cultural nos seus intercâmbios que têm sido muito estudados. O período da

Guerra Fria onde a cultura desempenha um papel tão importante desde 1947 e a doutrina Jdanov, até ao colapso da URSS, em 1991, é também muitas vezes discutido.²¹

A diplomacia cultural é cada vez mais utilizada como um veículo de promoção de valores liberais democráticos e de desenvolvimento da democracia e da participação. A cultura e as ações culturais tornam-se importantes na política externa, na medida em que são utilizadas para desenvolver a participação, o desenvolvimento, a educação, os direitos humanos e a liberdade de expressão. A cultura é cada vez mais encarada como um veículo para a concretização de objetivos, orientados para a questão dos valores. Existem intercâmbios de estudantes, professores, jornalistas e artistas, e identificam-se sinais de desenvolvimento com a utilização de dinheiro em cultura e em parcerias com países terceiros. Estas políticas utilizadas de forma mais coerente, podem criar uma coordenação de estratégia entre os programas, tendo em conta que o Tratado de Lisboa e a convenção da UNESCO defendem que a cultura deve estar presente em todos os programas.

A cultura tornou-se uma dimensão incontornável de qualquer política externa. Os Estados usam-na sistematicamente como veículo de difusão de uma percepção positiva do seu país fora de suas fronteiras. Primeiramente, a fim de poupar nas simpatias políticas no exterior e manter uma imagem de prestígio. A seguir, e cada vez mais, estabelecer com certos parceiros um clima de cooperação propício para negócios e atrair os investidores. Assim considerada, isto é, como uma verdadeira ferramenta de política externa, a diplomacia cultural assume um significado especial que vai além do âmbito estrito da política cultural.

É importante distinguir, primeiramente, a "diplomacia cultural" das "relações culturais internacionais." Enquanto o último termo é usado para nomear o conjunto dos intercâmbios culturais que ultrapassam as fronteiras dos Estados, o primeiro refere-se especificamente a uma atividade governamental. Também é importante notar que, de acordo com um uso generalizado na produção escrita nas relações internacionais, usa-se o termo "diplomacia cultural" para nomear o conjunto das atividades da política externa em relação à cultura, à educação, à ciência e, até certo ponto, à cooperação técnica, o que diz respeito, portanto, às atividades da mente. Trata-se de uma categoria residual, ao

²¹ NYE, Joseph S. Jr., Bound to lead: The Changing Nature of American Power, New York: Basic Books, 1990, pp.153-174.

lado de dimensões mais tradicionais da política externa, como a económica ou a política, tomada em sentido restrito, do que um conjunto verdadeiramente coerente. Trata-se também, naturalmente, de um grupo um pouco arbitrário, pois os limites entre o cultural, o político e o económico são frequentemente muito vagos.

Quanto aos fatores, parece haver uma contradição entre o modo como os especialistas dos sistemas federais e os especialistas da política externa dos Estados soberanos tentam explicar a diplomacia cultural. De acordo com os primeiros, o ativismo diplomático cultural das províncias explica-se em primeiro lugar e antes de mais através de desequilíbrios culturais internos, bem como através da internacionalização das atividades culturais na área de competência das províncias. Segundo os últimos, a diplomacia cultural é dependente de objetivos gerais da política externa, muitas vezes fora da própria cultura.

É importante notar que a partir desta distinção entre dois tipos de fatores, um colocando o enfoque sobre condições culturais objetivas e o outro sobre uma maior autonomia do Estado na condução das suas relações externas, alguns autores acreditaram ser necessário perguntar se a noção de "diplomacia cultural" não deixava transparecer de facto duas formas bastante diferentes de intervenções governamentais. Haveria, de acordo com J. Mitchell, uma "diplomacia cultural de primeira ordem", realizada directamente pelas autoridades governamentais responsáveis pela política externa e, sobretudo, em função dos objetivos perseguidos por esta política externa. A "diplomacia cultural de segunda ordem", entretanto, seria exercida, em parte, através do quadro dado pela primeira, mas seria administrada por organismos privados ou parapúblicos essencialmente dedicados ao desenvolvimento cultural e, sobretudo, no cruzamento dos objetivos sectoriais perseguidos por esses organismos.

Há, portanto, um desejo de partilhar as coisas entre uma atividade estatal que encontra "objetivamente" as necessidades da comunidade cultural e outra que usa meios culturais na busca de objetivos de uma natureza diferente, seja de ordem política ou económica. Tal distinção pode parecer fútil de um ponto de vista analítico, na medida em que apela em último recurso às intenções, não necessariamente unívocas, dos decisores políticos. A atenção é atraída para o facto de que a diplomacia cultural parece difícil de definir de forma independente de outras dimensões da diplomacia. Não só porque, como foi referido acima, se trata de uma categoria residual, mas também porque

a dependência da diplomacia cultural em relação às outras dimensões da diplomacia seria para fazer dela um elemento de definição.

Considerando a diplomacia cultural de primeira e segunda ordens como sendo não exclusivas, mas como dois pólos entre os quais quaisquer tipos de combinações são possíveis. Primeiro, deve-se perguntar se, no caso de cada província, estamos frente a uma diplomacia cultural inclinada para a primeira ordem ou para a segunda ordem. Se se trata da primeira ordem, isto é, de uma diplomacia cultural no verdadeiro sentido, a busca de fatores permitindo explicar a evolução passa inevitavelmente por uma compreensão da política externa tomada no seu todo.

Se se trata da segunda ordem, a busca dos fatores pode tomar o caminho de um estudo sectorial ou ainda tentar localizar a diplomacia cultural em relação a outras racionalidades políticas do que aquela, específica, da política internacional do governo provincial. Num caso como noutro, o estudo da diplomacia cultural leva-nos a colocar um diagnóstico importante no grau de desenvolvimento e de coerência da política externa de um Estado e de um governo provincial.²²

²² MITCHELL, J. M., *International Cultural Relations*, Londres, Allen and Unwin (coll: «Key Concepts in International Relations», nº 3), 1986, pp. 3-6.

II – A Diplomacia Pública e o *Soft Power* nas relações internacionais.

2.1. Repensar a Diplomacia Pública como instrumento da política externa.

Existem vários conceitos pertinentes para as Relações Internacionais, visto que a geração, a propagação e o uso do poder são preocupações de primeira ordem deste campo de conhecimento e relevantes para a prática política e para a vida quotidiana do cidadão globalizado. Além disso, o próprio conceito de *soft power*, por ser um desdobramento recente do pensamento sobre a relação entre política externa e o poder, requer mais pesquisa sobre seu uso e seus efeitos e sobre as formas de sua promoção, como, por exemplo, a diplomacia pública.

Na opinião de Jean Meyriat, se procuramos qual o lugar da política externa na política, é preciso saber o que é a política, pois corre-se o risco de chegar ao nível de generalidades e encontrar elementos evidentes. O quadro no qual aparece o fenómeno político tem tomado várias formas ao longo da história, a Pólis grega²³ foi um dos mais típicos. A forma predominante hoje em dia é a da nação ou do Estado nacional. Os sociólogos identificam um problema de integração social no seio da sociedade contida nesse quadro, como eles os encontram em qualquer grupo humano.²⁴

Mas, neste caso, um fenómeno particular torna-se fundamental, a coesão da nação aparece tão inseparável de sua existência que uma fração significativa das atividades que se desenrolam no seio da comunidade nacional não tem outra finalidade que garantir esta coesão, independentemente de qualquer finalidade económica, ética, etc. A integração é, então, procurada por si mesmo, como um fim em si, este é o fenómeno estritamente político. São chamados políticos, todos os problemas que, numa nação, "atendem contra a sua coesão e a sua unidade", desde que esta coesão esteja implicitamente reconhecida como o valor acima do qual todos os outros são ordenados. Aqui, encontramos a fórmula iluminadora de Bertrand de Jouvenel: «II y a politique pure si l'action du groupe n'a d'autre but que d'assurer l'existence et la conservation du

²³ A Pólis englobava a vida política e a vida económica e não se concebia desligada da religião.

²⁴ Meyriat Jean. L'étude de la politique extérieure. In: Revue française de science politique, 11e année, n°1, 1961. pp. 143-154. - http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rfsp_0035-2950_1961_num_11_1_392613 (consultado a 29-07-2012)

groupement». ²⁵ Por "coesão", podemos entender aqui a força centrípeta que une numa unidade acima deles, e à qual eles estão dedicados, todos os membros do grupo nacional, que os torna solidários entre si no desejo de viver juntos, que os faz aceitar os mesmos valores fundamentais, reconhecer os mesmos símbolos, ter consciência da participação no mesmo destino. Essa coesão é ainda mais segura de que o grupo age, e nesta ação sente a sua unidade.

A unanimidade perpétua do grupo não está no entanto adquirida, e esta vontade inicial de coesão encontra à sua frente as tendências específicas e a resistência de indivíduos e pequenos grupos que compõem a nação. A vida política é mesmo feita deste diálogo constante, ou mesmo luta, entre o que poderia ser chamado de *brevitatis causa* ²⁶ os interesses particulares, e o interesse geral, o da coesão. O conjunto de todas as forças centrífugas, que é como o reverso da tendência para a integração, não é menos política do que ela, por vezes prevalece, e que nações estejam corrompidas. Este facto é raro, porque os detentores da autoridade têm os meios para se opor a ele, sendo a sua principal função tornar compatíveis as atividades e reclamações muitas vezes contraditórias dos seus membros do grupo nacional.

Foi importante lembrar o que é a política para justificar uma definição de política externa. Esta é, portanto, o conjunto das atividades para garantir a coesão da nação no quadro mais amplo constituído por um mundo fora dela. Essas atividades são normalmente causadas pelos detentores da autoridade, guardiões e garantes da coesão nacional. Em outras palavras, todas as atividades da política externa, que tendem em afirmar a posição da nação no mundo exterior ou em organizar as suas relações com esse mundo, têm uma função primordial de integração, porque o interesse da coesão nacional é fundamental. A procura de vantagens ou a defesa de interesses parciais está apenas em segundo plano.

²⁵ "Existe política pura se a acção do grupo não tem outro propósito do que garantir a existência e a preservação do agrupamento."

²⁶ *Brevitatis Causa* é um termo em latim usado na lei escocesa que significa, por causa da brevidade. Esta frase é frequentemente usado em complicados processos judiciais para mostrar que um outro documento havia sido incorporada por referência, mas não plenamente citado. Refere-se às partes do documento que não estão inseridos nos jornais da lei em sua forma original, mas sua presença é notada por incluindo o termo *brevitatis Causa*. *Brevitatis Causa* são os outros documentos que fazem parte do caso. É para evitar a reedição do conteúdo em um novo documento que os advogados usam o prazo previsto para os seus termos e detido para ser incorporada aqui por causa da brevidade. (<http://definitions.uslegal.com/b/brevitatis-causa/> (consultado a 31-07-2012))

Assim, não há solução de continuidade entre a política externa e a política interna, uma e outra são dois domínios de aplicação da mesma atividade política, cuja principal finalidade é manter ou reforçar coesão nacional. A política externa tem por objetivo constituir essa coesão em frente a todas as outras unidades políticas, externas à nação. Compreende-se agora em que sentido a política externa visa sempre como último fim o interesse nacional, não podendo fazer de outra forma, na medida em que esse interesse nacional se confunde com o reforço da coesão nacional.

Em primeiro lugar, o interesse da nação pode ser visto e expresso em níveis diferentes nesta mesma nação. No nível mais alto, uma definição implícita pode ser dada pelo próprio povo, há exemplos de unanimidade de uma nação a sentir as condições que asseguram a sua coesão e a sua sobrevivência enquanto grupo. Na maioria das vezes, é o governo, mestre em qualquer caso de política externa, que executa a função de definir o interesse nacional, mas o governo não pode expressar senão uma maioria (ou uma minoria) de pessoas, mas ele é capaz de fazer com que todos aceitem a definição que fornece dos meios para assegurar a coesão nacional, e estes são realmente os meios empregados perante o mundo exterior.

Finalmente, ao nível mais baixo, dos particulares, grupos e indivíduos, cada um propõe o seu conceito de interesse nacional, vendo-o através da tela mais ou menos translúcida dos seus próprios interesses. Isto significa que cada um prefere, entre as formas de alcançar a coesão nacional, aqueles que lhe asseguram uma posição central e jogam em seu próprio benefício. A competição constante envolvida entre os indivíduos e os grupos para o acesso ao poder tem por objetivo manter esses meios.

Em segundo lugar, deve-se considerar o assunto sobre o qual se exercem as escolhas e compensações que querem assegurar a coesão nacional. Este assunto é a rede de relacionamentos de qualquer tipo existente entre a nação, os seus membros e todas as outras nações e os seus membros. Estas relações são muito diversas, e pelo menos de duas maneiras. Pela sua intensidade, elas podem ser estreitas, no sentido de concordância ou de competição apertada, ou assentar em qualquer ponto intermediário nesta escala. Pela sua natureza, relações diplomáticas, de governo a governo, relações de negócios, ou de interesses económicos, relações ideológicas ou culturais, relações pessoais, familiares, relações turísticas ou desportivas, etc.

Esta situação torna-se política, quando qualquer uma dessas relações envolve, quer seja para reforçar ou ao contrário para ameaçar, a coesão nacional. A política externa é a escolha, neste sentido, das relações que é preciso melhorar ou restringir, suspender ou criar, reforçar ou afastar. Escolha feita pelo governo, em acordo ou não com a maioria da nação, sob pressão ou não dos particulares, mas sempre com referência ao valor político fundamental que é a coesão nacional. Não é dizer que esta escolha é feita de forma explícita e consciente pelos responsáveis em vista de assegurar esta coesão, mas que é explicado pela referência pelo menos implícita à coesão nacional.²⁷

As condições em que o governo foi colocado ao poder determinam a sua capacidade em tomar decisões de política externa. Se ele foi chamado para manter a coesão quando esta foi ameaçada, ele é capaz de impor as opções que lhe parecem adequadas para alcançar essa meta, e realizar o que aparece como uma política externa certa. Mesmo os seus adversários participam, porque para fazer o contrário colocaria em risco a coesão necessária, uma vez que esta não está assegurada. Em vez disso, os governos cuja missão não foi definida no momento com base no mundo exterior não têm a mesma capacidade.

A coesão nacional aparece então como um tema que não é questionado, e não há forma de colocar a sua cópia de segurança em primeiro plano. O governo é, então, responsável por implementar uma determinada política, definida somente por referência aos problemas internos, e o diálogo entre as forças criadoras e destrutivas de coesão continua somente neste plano. Nas questões externas, deve contentar-se em gerir os negócios, isto é, deixar amadurecer os problemas, mas sem haver uma política externa ativa.

Resta verificar se esta referência à noção de coesão nacional, concebida como um dos pólos de qualquer universo político, pode ajudar a explicar certos fenómenos que podem ser detectados na política externa de países muito diferentes uns dos outros. Por exemplo, nos países que vivem sob um regime autoritário ou ditatorial, é comum e quase inevitável que a política externa se torne numa tomada de energias que a nação é impedida de exercer no plano interno, monopolizada por um único líder. A coesão da

²⁷ Meyriat Jean. L'étude de la politique extérieure. In: Revue française de science politique, 11e année, n°1, 1961. pp. 143-154. - http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rfsp_0035-2950_1961_num_11_1_392613 (consultado a 29-07-2012)

nação arrisca ainda de se tornar mais frágil do que deixaria crer a unanimidade aparente imposta pelo chefe, que sabe que impõe silêncio aos elementos centrífugas que não o aceitam, mas que ele não pode reduzir completamente ou convencer. Como ele procura reforçar a solidariedade da nação, dando-lhe uma tarefa comum, que é fácil de definir por oposição ao mundo exterior, especialmente porque mostra esta ameaça externa que é uma tão poderosa incitação à solidariedade nacional.

Em médias potências, como os países europeus da bacia do Norte do Mediterrâneo (Itália, Espanha, etc.), pode-se ver que a política externa toma uma importância desproporcionada à influência que esses países podem esperar exercer em relações internacionais, ou mesmo aos benefícios concretos que a sua ação lhes pode trazer. É que esta política pode ter um significado interior. Não se trata tanto para esses países de defender interesses, não sendo estes negligenciados, nem de conquistar benefícios, mas sobretudo de se valorizar, alimentando os cidadãos do orgulho em pertencer a uma nação ativa e respeitada, de enriquecer o capital de lendas, de mitos e de símbolos que podem gerar o compromisso comum e, portanto, a união de todos os membros desta nação.

Nos países cuja coesão é ainda fraca, ou porque são de criação recente e mal recompostos de traumas do seu passado colonial, ou por causa de sua natureza multi-étnica, a política externa reverte a uma forma particular. Ela não engloba todos os cidadãos, mas é conduzida às margens da nação por um grupo, ou um clã, que a torna numa espécie de jogo ou num objeto de negociação. Tal política não pode ser chamada nacional, ela está abaixo do nível onde a coesão da nação seria afetada. A coesão não está suficientemente sentida como um valor fundamental para que no seio das relações externas, pode registrar-se uma política real.

Algumas nações optam por dispensar atributos da sua soberania e aderir a um conjunto de política mais amplo. Isso não significa que elas renunciem à sua coesão, mas elas passaram a ter uma ideia diferente desta coesão e concebê-la como melhor realizada numa estreita cooperação com outras nações. Seria diferente se os membros das unidades nacionais que escolhem unir-se pudessem adquirir um sentido de pertença a um novo grupo social mais vasto do que a nação. Não está excluído para o futuro, não

é atualmente o caso nem das Comunidades Europeias, nem das federações ou sindicatos que se formaram noutras partes do mundo.²⁸

Segundo Joseph S. Nye, tradicionalmente, a política do poder dos estados é determinada pela força do seu exército ou economia. Em redor da nossa era da informação, a política consiste também em descobrir quem tem a melhor "história" para ganhar. A imprensa nacional tornou-se verdadeiramente uma espécie de moeda. Os governos se opõem uns aos outros ou se medem a outras organizações para aumentar a sua credibilidade e enfraquecer a dos seus adversários.

A política é, entre outras coisas, uma história de reputação, mas também se tornou uma história de credibilidade no que poderia ser chamado de "paradoxo da abundância". Quando há uma grande riqueza de informações, a atenção torna-se mais escassa. Dependendo dos contextos, uma célula sensível pode, mais do que nunca, mostrar-se mais eficaz do que uma célula dura. Os céticos que consideram que a expressão "diplomacia pública" não passa de um eufemismo para propaganda estão enganados. Uma simples propaganda é tão contra produtiva como a diplomacia pública. Tal como esta não se resume apenas a uma simples campanha de relações públicas.

A diplomacia pública também envolve o desenvolvimento de um relacionamento a longo prazo para criar um ambiente favorável para as políticas governamentais. A contribuição da informação direta de um governo às relações culturais de longa data varia de acordo com três dimensões, ou etapas, da diplomacia pública, e cada uma destas etapas é importante. A primeira dimensão, a mais óbvia, está relacionada com as comunicações diárias que permitem explicar o contexto das decisões no que diz respeito à política interna e política externa. Esta dimensão também inclui uma preparação para a gestão de períodos de crise. Se há uma escassez de informação depois de um acontecimento, outros irão se encarregar de preenchê-lo.

A segunda dimensão envolve a comunicação estratégica que desenvolve um conjunto de temas simples, como faria uma campanha política ou publicitária. Enquanto a primeira dimensão é medida em horas e em dias, a segunda se estende ao longo de semanas, meses ou mesmo, por vezes, anos. A terceira dimensão da diplomacia pública

²⁸ Meyriat Jean. L'étude de la politique extérieure. In: Revue française de science politique, 11e année, n°1, 1961. pp. 143-154. - http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rfsp_0035-2950_1961_num_11_1_392613 (consultado a 29-07-2012)

é o desenvolvimento de relações ao longo de muitos anos e até décadas, presas com indivíduos importantes, por meio de bolsas de estudo, de intercâmbios, de formações, de seminários, de conferências e o acesso a canais de mediáticos. Estes programas desenvolvem aquilo que o jornalista americano Edward R. Murrow descreveu como "Últimos três pés" determinantes, comunicação frente a frente, com a credibilidade acrescida que cria reciprocidade.

Mas a melhor publicidade não pode vender um produto impopular. Uma estratégia de comunicação só pode funcionar se for na direção oposta à da política. As ações são mais fortes do que palavras. Os políticos consideram frequentemente a diplomacia pública como um penso que pode ser aplicado sobre os danos causados por outros instrumentos. A China, por exemplo, tentou aumentar o seu *soft power* com o sucesso da organização dos Jogos Olímpicos de 2008, mas as duras medidas que impuseram no Tibete, ao mesmo tempo, assim como a repressão que se seguiu em Xinxiang e a detenção de advogados para os direitos humanos prejudicaram esta imagem. As grandes potências procuram usar a cultura e os escritos para criar um *soft power* que irá destacá-las em sua vantagem, mas elas nem sempre sabem como agir.²⁹

Os críticos dos EUA receiam que a sobre militarização da política externa enfraqueça a credibilidade do país. Em vez disso, eles defendem uma diplomacia crescente, liderada por diplomatas experientes nos novos medias, na comunicação transcultural, com bom conhecimento local e redes relacionais em grupos sub-representados. O papel da abordagem centralizada dos medias em relação à diplomacia pública é sempre importante. Os governos devem a cada dia corrigir más interpretações de suas políticas, e tentar transmitir uma mensagem estratégica a longo prazo. A principal vantagem da abordagem dos meios de comunicação é na sua cobertura da audiência, bem como a sua capacidade em desenvolver uma consciência do público e em definir a agenda.

Mas a sua fraqueza reside na incapacidade em influenciar a maneira pela qual a mensagem é percebida nos diferentes contextos culturais. O remetente sabe o que ele diz, mas nem sempre o que os alvos ouvem. As barreiras culturais podem distorcer o que é ouvido. No entanto, as comunicações em redes podem superar as diferenças

²⁹ NYE, Joseph S. Jr., Bound to lead: The Changing Nature of American Power, New York: Basic Books, 1990, pp. 139-147.

culturais com a natureza recíproca dos intercâmbios e às relações frente a frente que elas criam. Os governos, dado o seu mecanismo de responsabilidade política central, têm algumas dificuldades com este tipo de comunicação descentralizado e flexível.

A maior flexibilidade das organizações não-governamentais a utilizar as redes deu origem ao que alguns chamam de "nova diplomacia pública", que já não está confinada à transmissão de mensagens, às campanhas promocionais ou até mesmo aos contactos governamentais diretos com públicos estrangeiros para servir as necessidades da política externa. Trata-se também de construir uma relação com os atores da sociedade civil noutros países e de facilitar as ligações entre atores não-governamentais locais e no exterior. Nesta abordagem de diplomacia pública, uma política do governo perante estas redes transfronteiriças deve ser mais promocional e participativa do que punitiva. Demasiado controlo governamental, ou até mesmo o esboço de um tal controlo, pode minar a credibilidade que tais redes pretendem gerar. Esta evolução da diplomacia pública numa comunicação num só sentido para um diálogo mútuo faz com que as audiências sejam vistas como co-criadores de significado e de comunicação.

O poder na era da informação globalizada deve, mais do que nunca, incluir uma dimensão suave de atração mas também de dimensões mais difíceis de coerção e de pagamento. A combinação eficaz destas dimensões é chamada de "poder inteligente". A luta atual contra o terrorismo transnacional, por exemplo, é uma batalha para ganhar os corações e as mentes. Contentar-se em usar o *hard power* por si só não irá garantir um sucesso. A diplomacia pública é uma ferramenta importante no arsenal do poder inteligente, mas uma diplomacia pública inteligente requer uma boa compreensão de elementos tais como a credibilidade, a autocrítica e o papel da sociedade civil para gerar *soft power*. Se isto degenera em propaganda, a diplomacia pública não só não é convincente como também pode minar o *soft power*. Pelo contrário, ela deve continuar a ser um processo de duplo sentido, porque o *soft power* depende, acima de tudo, da compreensão que temos do outro.³⁰

³⁰ <http://www.project-syndicate.org/commentary/the-new-public-diplomacy/french> (consultado a 20-07-2012)

2.2. A gestão da imagem/marca interna e externa do Estado.

Nos últimos anos, notou-se um aumento do interesse na diplomacia pública que tem sido facilitado pelo desenvolvimento conceptual de outras áreas. As noções de relações públicas e marketing foram incorporadas pelos estudiosos da diplomacia pública. O aumento da divulgação do conceito da diplomacia pública chama a atenção ao facto de que se trata de uma área de estudo que tem implicações profundas para todas as sociedades e instituições envolvidas com atores públicos e privados. Para além disso, com as implicações das mudanças na tecnologia, na sociedade e nas realidades do mundo político, a diplomacia pública desafia cada vez mais os estudiosos nesta área e os responsáveis de decisões que a usam. Desta forma, este crescente interesse faz com que o conceito de *soft power* passe a ser um dos conceitos centrais nos estudos da diplomacia pública.

Joseph Nye definiu *soft power* como “the ability to get what you want by attracting and persuading others to adopt your goals”. Isto é, o poder de obter aquilo que se deseja através da atração, persuadindo outras pessoas a adoptar as suas ideias. Ao contrário do *hard power* que procura dar ordens ou forçar os outros, o *soft power* é a capacidade de persuadir os outros países ou atores a acompanhar ou a querer o que o país de origem pretende. Segundo Nye, *soft power*, ou a habilidade de atrair, provem de três recursos: da cultura (locais que sejam atraentes para os outros), dos valores políticos (quando eles são aceitáveis tanto no interior como no exterior), e da política externa (quando é vista como legítima e tem autoridade moral). Neste sentido, um país possui mais *soft power* se a sua cultura, valores e instituições levam a admiração e o respeito de outros locais do mundo.

Na óptica de Nye, quando as políticas de determinado país são vistas como legítimas nos olhos dos outros, o *soft power* é reforçado. Uma nação está exercendo o *soft power* quando consegue convencer os outros a apoiar os seus objetivos sem ter que usar a força, as sanções económicas ou outros instrumentos opressivos do Estado. *Soft power* pode ser desenvolvido através de relações com os aliados, o apoio económico e os intercâmbios culturais, os quais resultam numa opinião pública mais favorável. O valor do *soft power* surge da capacidade de influenciar os outros discretamente e inconscientemente. Baseia-se na capacidade de influenciar as preferências dos outros e

crece espontaneamente do meio cultural de uma sociedade. Além disso, *soft power* pode ser dirigido para as elites ou para o público em geral.

Para distinguir *hard* e *soft power*, é necessário considerar cuidadosamente o que os dois termos significam. Uma ação militar pode ser um exemplo óbvio de *hard power*, enquanto um exemplo claro de *soft power* pode ser a capacidade de atração de uma exportação cultural do país, tais como filmes de Hollywood ou desenhos animados japoneses. No entanto, em muitas situações, não é fácil separar *hard* e *soft power*. Nye também afirma que *smart power*, que significa aprender melhor como combinar o *hard power* e o *soft power*, é fundamental para um país a ganhar sua credibilidade no nível global. Nos últimos anos, a China pode ser um exemplo de país que tenta combinar o seu *hard power* e *soft power* para ganhar credibilidade e atingir os seus objetivos em política externa. Apesar deste país ansiar ser parte de um mundo interdependente e divulgar os benefícios do ajuste político, económico e cultural dos demais países.

Devido ao avanço significativo do nível da capacidade militar da China, desde o início dos anos 2000, o país desenvolveu o princípio de “Ascensão Pacífica” (Peaceful Rise) para equilibrar a percepção da ameaça da China. Segundo este princípio, o governo chinês desenvolveu, pelo menos, quatro níveis distintos na sua diplomacia: a criação de parcerias estratégicas com a União Europeia, a Rússia e a Índia; promover “a política de boa vizinhança”, com o aumento do comércio com a Ásia e também deixando estes países beneficiarem de um acordo comercial com a China; procurando a cooperação e evitando o conflito com os EUA. Ao manter boas relações com os EUA, as potências referidas e os países vizinhos, a China já não precisa de se preocupar com o Japão.

Assim, a “Ascensão Pacífica” em conjunto com algumas tentativas no campo cultural, por exemplo, a promoção dos estudos culturais e do idioma chinês no exterior, diminuiriam os receios do futuro poder militar da China, ou até, preocupações sobre o crescimento económico da China. Este princípio de “Ascensão Pacífica” à ameaça militar chinesa mostrou um uso óbvio de *soft power* por parte da China. Neste contexto, a percepção da ameaça da China refere-se à combinação de um crescimento económico impressionante e de uma imprevisível política de governança junto com o aumento da capacidade militar. Tal facto convenceu os decisores políticos que a China utilizará cada

vez mais a sua força para exercer o poder no exterior, e a considerar que os outros países devem se preparar para essa ameaça chinesa.³¹

O termo “diplomacia pública” foi criado pelo então Reitor Edmund A. Gullion da Fletcher School of Law and Diplomacy, em 1965. Segundo a sua definição, a diplomacia pública lida com a influência das atitudes públicas sobre a formação e execução da política externa. Ela abrange os domínios das relações internacionais, além da diplomacia tradicional, a angariação por parte dos governos da opinião pública noutros países, a interação de grupos privados e interesses num país com os de outro, a comunicação de assuntos externos e o seu impacto sobre a política, a comunicação entre diplomatas e correspondentes estrangeiros, e os processos de comunicação intercultural.³²

É importante distinguir entre os dois tipos de diplomacias: diplomacia pública tradicional e nova diplomacia pública. A diplomacia pública tradicional é considerada como aquilo que se refere aos governos falando com o público no exterior e inclui os esforços de divulgação, visto que Gullion foi o primeiro a usar esta expressão no seu sentido moderno, mas o motivo pelo qual o conceito de “diplomacia pública” surgiu em 1965 era a real necessidade de tal conceito em Washington DC. A Agência de Informação dos Estados Unidos (United States Information Agency) precisaria de uma alternativa à expressão “informação” e à expressão com conotação negativa “propaganda”.

O tema como “diplomacia pública” poderia produzir significados novos com conotações positivas, informar, influenciar e envolver o público em prol dos objetivos nacionais e políticas externas. Quanto à nova diplomacia pública, Jan Melissen afirma que ela é uma forma de diplomacia aberta que tem como objetivo influenciar a opinião pública em sociedades externas com ou sem o consentimento de seus governos. O que está envolvido nesta nova diplomacia pública é a implantação explícita de grupos não-oficiais dentro da esfera doméstica de um Estado alvo, tais como os grupos da sociedade civil, os indivíduos influentes e outras organizações não-governamentais.

³¹ NYE, Joseph S. Jr., *Bound to lead: The Changing Nature of American Power*, New York: Basic Books, 1990, pp. 192-224.

³² Edward R. Murrow Center for Public Diplomacy, 2009

Apesar de alguns estudiosos apontarem, corretamente, que o conceito de *soft power* e a noção de que as ideias culturais afetam o poder, não têm a sua origem em Joseph Nye. Foi este autor que tornou popular o termo *soft power* nas suas obras desde 1990 e o expandiu em mais obras. Foi Nye também que apresentou o *soft power* como uma ferramenta positiva que deveria ser utilizado mais pelos Estados. No que diz respeito à diplomacia pública, esta pode ser usada de uma forma indireta para criar uma situação e acordos comuns para avançar com os objetivos de segurança nacional. Tal facto pode ser associado com o uso a recursos de *soft power*. Assim, o *soft power* é entendido como uma habilidade de atrair e a diplomacia pública como os métodos e práticas que fazem uso dessa habilidade. É possível, neste sentido, que uma nação possa aumentar a sua influência sobre as outras através do aumento do seu poder de atração em relação a outras para que essa atratividade ajude o seu governo a atingir os fins pretendidos.

Observando alguns contextos, Nye analisa que as bases do *soft power*, normas, valores, estilo, ética, políticas e instituições, podem ser referenciadas pelo termo “cultura”. Aqui, semelhante à cultura, o conceito de *soft power* pode ser usado e estendido para além das atividades dos governos nacionais e envolver a participação dos povos nos esforços para reforçar a imagem de uma nação através de intercâmbios culturais, media, internet, turismo, e entre diversas organizações não-governamentais. Assim, *soft power* é um dos vários recursos de poder que a diplomacia, estratégia consciente usada para influenciar outros, se serve. Portanto, o conceito de nova diplomacia pública, sugerido por Melissen, é necessário para que a ligação entre o *soft power* e a diplomacia pública possa ser analisada de forma mais eficaz. As atividades da diplomacia pública demonstram um vasto leque de uso de *soft power*.³³

³³ MELISSEN, Jan, *The New Public Diplomacy. Soft Power in International Relations*, New York: Palgrave MacMillan, 2005, pp. 123-145.

2.3. O desenvolvimento atual nos EUA, República Popular da China e União Europeia.

A diplomacia pública tem vários aspetos. Por vezes, alguns países poderão desenvolver atividades da sua diplomacia pública de apoio direto a um determinado objetivo de política externa. No entanto, também existem outros tipos de diplomacia pública, particularmente os programas culturais e de educação internacional que nem sempre estão ligados a objetivos específicos da política de curto prazo. Cada país escolhe a sua própria maneira de usar a sua diplomacia pública para a construção de uma boa harmonia ao longo do tempo direcionada aos governos como às opiniões públicas para que as divergências sejam menores quando os interesses são contraditórios.

Muitos países como a França, a Itália, a Alemanha, o Reino Unido utilizam a sua cultura para dar uma imagem nacional positiva desde há muito tempo. Os institutos culturais e os centros de aprendizagem de línguas estrangeiras são um dos instrumentos mais comuns e com uma longa tradição na área da diplomacia pública. Entre os mais antigos institutos, temos a Alliance Française, fundada em 1883, o British Council, como é conhecido hoje, fundado em 1934. Alguns estudiosos vêem esses institutos, principalmente pelo seu valor cultural. Essas instituições criam os canais para a interação direta com o público, possibilitando a coordenação entre os participantes, representando o acesso à relação e ao compromisso fornecendo uma plataforma para a construção de relacionamentos e redes para além do aspeto individual.

Seguidamente, serão analisados os instrumentos de diplomacia pública de alguns países, principalmente no aspeto cultural, a fim de esclarecer como cada país executa a sua diplomacia pública e percebe os seus recursos de *soft power*. Para compreender a diplomacia pública no seu sentido moderno, que incluiu tanto a diplomacia pública tradicional como a nova diplomacia pública, será feita uma breve análise da diplomacia pública dos Estados Unidos, um dos primeiros países a utilizar oficialmente e a dar importância à diplomacia pública nos tempos modernos.

Nos primeiros anos, a diplomacia pública moderna dos EUA concentrou-se no público europeu para influenciar o resultado das Primeira e Segunda Guerra Mundial.

Mais tarde, o alvo da diplomacia pública dos EUA passou a ser o Leste Europeu e a União Soviética durante a Guerra Fria. O aparecimento da diplomacia pública coincidiu com a ascensão dos meios de comunicação social contemporânea e atingiu o seu auge durante a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, quando a diplomacia pública desempenhou um papel fundamental na luta contra o fascismo e o comunismo.

A diplomacia pública voltou novamente a ser prioridade a partir dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. Na sequência dos ataques, os EUA receberam muito apoio internacional. Com o passar do tempo o apoio internacional para os objetivos de política norte-americana diminuiu e as atitudes negativas sobre os EUA aumentaram e se intensificaram. O lançamento da Guerra do Iraque deu origem a uma queda acentuada da aprovação aos EUA por parte das opiniões públicas no exterior, não somente no mundo muçulmano, mas mesmo entre os aliados mais próximos dos EUA.

Desta forma, o Governo norte-americano está à procura das maneiras de utilizar a diplomacia pública como uma forma de influenciar o público para combater o terrorismo. Os seus responsáveis acreditam que ela pode ser um componente da política externa dos EUA que pode ser utilizado para aumentar a compreensão dos valores norte-americanos, as políticas e as iniciativas para combater o sentimento antiamericano e falta de informação sobre os EUA no mundo (U.S. Government Accountability Office, 2005, p.4). Entretanto existe pouca tradição de financiamento público da cultura nos EUA. Muitas iniciativas por parte das instituições são financiadas por fundações e doações individuais, com um regime fiscal generoso disponível para incentivar a doação. Mesmo que o apelo da cultura do povo dos EUA seja uma das mais potentes forças do mundo cultural de hoje, existe uma consciência crescente de que o apelo das marcas dos EUA está a diminuir.

Por isso, há várias discussões sobre a necessidade do Departamento de Estado em adotar tecnologias emergentes, especificamente o aproveitamento da capacidade da internet para a participação pública efetiva. Na administração de Obama, o Departamento de Estado expressou o seu empenhamento em usar a tecnologia do século XXI como componente integrante da diplomacia pública. Mostrando o esforço para tornar a marca dos EUA mais comercializável e acessível às populações estrangeiras, o Presidente Obama nomeou Judith McHale, ex-presidente e diretora executiva da Discovery Communications, como Subsecretária de Estado da Diplomacia Pública e dos

Assuntos Públicos. Esta decisão demonstra bem a forma em que o presidente Obama concebe a diplomacia pública.³⁴

Na França, a cultura e política são vistas como intimamente ligadas. A política de diplomacia pública é desenvolvida conjuntamente pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (Ministère des Affaires Étrangères et Européennes) e o Ministério da Cultura e da Comunicação (Ministère de la Culture et de la Communication). É difícil saber com precisão qual é o valor dedicado pela França à sua diplomacia pública. A França tem 154 serviços de cooperação e de atividades culturais em 436 embaixadas e institutos culturais no exterior. Os centros de aprendizagem de língua francesa, Aliança Francesa, estão espalhados pelo mundo em pouco mais de 1'060 associações, em cerca de 140 países. A Radio France Internationale (RFI) possui 40 milhões de ouvintes. Em 2006, "Cultures France" foi criada. É uma nova agência, segundo o modelo do British Council. Este projeto envolve uma série de sociedades nacionais e atividades culturais com os objetivos de promover a literatura francesa, cinema, moda e outras artes no exterior.

O governo chinês tem consciência do recurso que a cultura antiga e imperial representa. É igualmente conhecido o apelo moderno e urbano da cultura chinesa. Entretanto, ele é cauteloso em muitas das atitudes e das tecnologias que estão por trás disso. Os sites, os blogs e outras nas várias plataformas permitem a comunicação e a expressão de opinião cada vez mais difíceis de controlar e diminuir. A cultura é uma ferramenta especialmente útil para a China no desenvolvimento das suas relações internacionais, pois proporciona um foco alternativo para as parcerias das questões mais contraditórias, tais como os direitos humanos, da democracia e do ambiente. O dinamismo da sua cultura contemporânea, também se encaixa perfeitamente com o interesse crescente na economia da China e no exterior.

Como na França, na China, a cultura e a política estão intimamente ligadas. A diplomacia pública não é tanto uma política discreta implementada por um departamento determinado. Ela está vinculada com a política externa e com a apresentação da política nacional no exterior. É difícil obter informação sobre o valor preciso dos fundos consagrados à diplomacia pública. As embaixadas chinesas no

³⁴ SNOW, N. Propaganda, Inc.: Selling America's Culture, to the World New York : Seven Stories Press, 2002, pp. 243-244.

exterior são acompanhadas por uma forte rede de adidos culturais, e são cada vez mais apoiadas pelo trabalho dos Confucius Institutes que foram criados recentemente. Concebido em 2004, 1'000 Confucius Institutes estão previstos em todo o mundo até 2020. Estes institutos utilizam a cultura e o *soft power* para construir conhecimento e familiaridade com a China no exterior e são comparáveis em termos gerais com a Aliança Francesa. A nomeação desses institutos, “Confucius Institutes”, reforça as raízes antigas da cultura chinesa, o apelo de que a cultura no exterior e à natureza pacífica da China são uma imagem que os líderes do país fazem questão de afirmar.³⁵

Segundo David Gosset³⁶, o governo dos Estados Unidos deu um novo nome à política externa do país dando-lhe o conceito geral de *smart power*, uma expressão que envolve grande confiança, se não auto-satisfação, e que, em certa medida, pressupõe uma dominação estratégica. Querendo manter uma capacidade real de influenciar os assuntos mundiais, o Ocidente não deveria assumir uma posição de superioridade intelectual. Pelo contrário, deve tentar compreender o que faz o sucesso das novas forças globais. Enquanto a diplomacia pública dos EUA trabalha para persuadir o mundo de seu *smart power* benevolente, a China está silenciosamente remodelando a identidade global, com a eficácia de seu *smart power*. Supõe-se que a China alcance a capacidade de atuação no novo plano estratégico tanto politicamente como economicamente, pois está relacionado com a projeção do seu poder e da expansão da sua área de influência.³⁷

Os analistas não têm sido capazes de avaliar e prever com exactidão o impulso da China, porque estavam preocupados com as estruturas pouco adequadas da China sem compreender o *smart power* de Pequim ou a sua extraordinária capacidade de adaptação. Afinal de contas, os líderes chineses estão apenas a cargo da República Popular da China (RPC), sendo responsáveis pelo renascimento de um estado de civilização. Desde Mao Zedong, a intervenção externa da RPC tem sido identificada como “diplomacia da paciência e do silêncio”, deixando uma porta aberta para a utilização do *smart power*.³⁸ Apesar da aceleração de um processo que coloca a China

³⁵ <http://www.affaires-strategiques.info/> (consultado a 12-07-2012)

³⁶ Diretor do Centro Euro-China para Relações Internacionais e Negócios da China, Europe International Business School, de Xangai e Pequim, e fundador do Fórum Euro-China.

³⁷ MARTINS, Marco António Baptista, Smart Power e diplomacia pública da RCP perante os Bric, in Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos, publicações do Instituto do Oriente-Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, nº 16, 2011, pp. 33-50.

³⁸ Idem.

numa posição de força crescente, muitos ainda apontam para o que consideram como fraco *soft power* de Pequim. Esta é, por exemplo, a visão do venerável cientista político americano Joseph Nye.³⁹

Enquanto o Ocidente, pretende acreditar que o progresso da China é sinónimo de ocidentalização, o renascimento chinês é, de facto, a renovação e reafirmação da identidade chinesa. Isto é, o Ocidente pretende recriar a China à sua imagem, assim, ajudar a resolver o chamado problema de imagem da China. Se a noção de *smart power*, uma abordagem fortemente defendida por Hillary Clinton, Secretária de Estado, é geralmente definida como a combinação de *hard power* e *soft power*, o *smart power*, ferramenta da China para ampliar influência, pode ser descrito como estratégia vencedora com base na conjugação dos instrumentos diplomáticos, económicos, militares, políticos, legais e culturais.⁴⁰

A China pode, é claro, trabalhar para aumentar o seu *smart power* como os EUA ou outros países podem ser inspirados pela estratégia utilizada, apesar dos EUA continuarem a estar mais à vontade com os grandes princípios de *smart power* da China. No século XXI, o *smart power* da China, mais subtil do que o *soft power*, descrito por Joseph Nye, vai calmamente estender a sua influência, sendo o maior interesse do Ocidente o facto de não subestimar a força do ímpeto chinês. De certo modo, como pode ser inteligente do ponto de vista da China para aumentar o seu *soft power*, articulando uma narrativa universal, a atitude sábia para o Ocidente seria aprender com o *smart power* da China, mostrando-se menos e conseguindo mais. Ao utilizar os recursos de *smart power* os interesses nacionais tanto para os EUA como para a RPC prevalecem em nome do bem global.⁴¹

³⁹ http://www.chinadaily.com.cn/cndy/2011-04/15/content_12329918.htm (consultado em 04-08-2012)

⁴⁰ MARTINS, Marco António Baptista, Smart Power e diplomacia pública da RCP perante os Bric, in Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos, publicações do Instituto do Oriente-Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, nº 16, 2011, pp.33-50.

⁴¹ http://www.chinadaily.com.cn/cndy/2011-04/15/content_12329918.htm (consultado em 04-08-2012)

III – As instituições de línguas estrangeiras como projeção da imagem externa.

3.1. Os objetivos das Instituições de línguas estrangeiras.

“Wer fremde Sprachen nicht kennt, weiß nichts von seiner eigenen.”

(Aqueles que não sabem outras línguas não entendem a sua) J. W. Goethe

Hoje em dia, uma das maiores preocupações da comunidade encontra-se na educação, principalmente de uma revitalização do ensino de línguas. Devido ao forte desenvolvimento da globalização, assiste-se a uma maior difusão das línguas, havendo a necessidade de preservar a diversidade linguística, expandindo pelo mundo a cultura de cada país. Algumas das instituições, localizadas em Portugal, como o Instituto Camões, o British Council, o Instituto Cervantes, a Alliance Française, o Goethe-Institut, a Sociedade Dante Alighieri, o Confucius Institute, entre outros, têm como função essa mesma tarefa. Todos eles trabalham para divulgar suas respectivas culturas por todo o mundo.

Com o desenvolvimento dos meios de comunicação, o fenómeno de globalização e a emergência de uma sociedade global de informação, a difusão das línguas alterou-se e a preservação da diversidade linguística torna-se um elemento fundamental da diversidade cultural.

Várias instituições trabalham, numa base de complementaridade, com vista a valorização e promoção de línguas no estrangeiro. Essas instituições têm como missão desenvolver o ensino de línguas e o gosto pelas respectivas culturas em todo o mundo.

O Instituto Camões foi criado para a promoção da língua portuguesa e da cultura portuguesa no exterior. A sua Lei Orgânica define-o como pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e patrimonial, sob a superintendência do Ministério dos Negócios Estrangeiros para assegurar a orientação, coordenação e execução da política cultural externa de Portugal, nomeadamente da difusão da língua

portuguesa, em coordenação com outras instâncias competentes do Estado, em especial os Ministérios da Educação e da Cultura.⁴²

O Conselho Britânico (British Council) é uma instituição pública do Reino Unido (instituto cultural) cuja missão é difundir o conhecimento da língua inglesa e sua cultura mediante a formação e outras atividades educativas. Além disso, esta entidade pública cumpre uma função relevante para melhorar as relações exteriores do Reino Unido. As suas sedes principais estão localizadas em Manchester e Londres.⁴³

O Instituto Cervantes é uma instituição cultural pública criada em 11 de maio de 1990 pelo conselho de ministros, dependente do Ministério de Assuntos Exteriores da Espanha cuja missão é a promoção e ensino da língua espanhola, assim como a difusão da cultura da Espanha e da América Hispânica. O Instituto Cervantes tem o nome do escritor Miguel de Cervantes.⁴⁴

Aliança Francesa (Alliance Française) é uma instituição sem fins lucrativos cujo objetivo é a promoção da língua e da cultura francesas fora da França. Para tanto, ela promove o ensino da língua francesa como língua estrangeira e expede diplomas específicos para atestar a competência e a proficiência linguísticas.⁴⁵

O Instituto Goethe ou Goethe-Institut é uma instituição alemã sem fins lucrativos que tem por objetivo divulgar pelo mundo, em especial países não-falantes do idioma alemão, a língua e a cultura alemã. Sua principal atividade é voltada para o ensino da língua alemã como segundo idioma. O segundo objetivo do instituto é fortalecer as relações culturais internacionais da Alemanha. O instituto recebeu seu nome em homenagem ao poeta alemão Johann Wolfgang von Goethe.⁴⁶

A Sociedade Dante Alighieri foi fundada em 1889 por um grupo de intelectuais liderados por Giosuè Carducci e foi erigida como Ente Moralcom o Decreto Régio de 18 de Julho de 1893, nº 347; com Decreto-lei nº 186 de 27 de Julho de 2004 foi assimilada, para estrutura e finalidades, às ONLUS (Organização Social sem Fins Lucrativos italiana). O seu principal objetivo, como se afirma no artigo 1º do Estatuto Social, é "tutelar e difundir a língua e a cultura italiana no mundo, reavivando as

⁴² <http://www.instituto-camoes.pt/> (consultado a 12-12-2011)

⁴³ <http://www.britishcouncil.org/> (consultado a 13-12-2011)

⁴⁴ <http://lisboa.cervantes.es/pt/default.shtm> (consultado a 13-12-2011)

⁴⁵ <http://www.alliancefr.org/> (consultado a 13-12-2011)

⁴⁶ <http://www.goethe.de/ins/pt/lis/ptindex.htm> (consultado a 13-12-2011)

ligações espirituais dos compatriotas no exterior com a pátria mãe e alimentando entre os estrangeiros o amor e o culto à civilização italiana".⁴⁷

O Instituto Confúcio é um instituto não lucrativo que tem como objetivo promover a língua e a cultura da China dando apoio ao ensino da língua chinesa em todo o mundo através dos Institutos Confúcio associados. O nome do instituto apresenta uma homenagem ao maior pensador chinês de todos os tempos, Confúcio. Sua missão é o ensino da língua chinesa, a divulgação da cultura e da história da China e o fortalecimento do intercâmbio cultural e académico.⁴⁸

Todos eles trabalham para divulgar suas respectivas culturas por todo o mundo, favorecendo deste modo o conhecimento de algumas das principais línguas europeias.

A Federação Europeia das Instituições Nacionais para as Línguas (EFNIL) foi fundada em Estocolmo, em 2003, como uma rede das maiores organizações de línguas nacionais dos Estados Membros da União Europeia. Cada membro da EFNIL está intimamente ligado e associado ao apoio e promoção da língua ou das línguas dos seus países. Os membros da EFNIL são unidos pela convicção que as suas línguas fazem parte integrante da diversidade linguística e são a base da riqueza cultural da Europa.

Para manter e desenvolver as suas próprias línguas e promover uma consciência partilhada de identidade europeia entre os cidadãos dos vários Estados da União Europeia, os membros da EFNIL apoiam não só o ensino e o uso das suas línguas nacionais/oficiais mas também o ensino das outras línguas europeias. São bastante claros os benefícios que poderão advir do facto de todos os cidadãos europeus serem plurilingues. O maior objetivo desta Federação é promover a existência de cidadãos plurilingues numa Europa multilingue. Os membros da EFNIL estão empenhados em apoiar a concretização deste objetivo com base em várias observações e recomendações.

Com a integração europeia, a progressiva abolição das fronteiras, o incremento económico e as inevitáveis trocas culturais que a mobilização dentro da União Europeia proporciona, as oportunidades de comunicação entre os falantes das diferentes línguas multiplicaram-se. É vital que haja novos e eficazes métodos de tradução e interpretação, adequados às necessidades prementes dos cidadãos europeus. O ensino e a

⁴⁷ <http://www.dantealighieri-roma.it/port/chisiamo.htm> (consultado a 13-12-2011)

⁴⁸ http://www.confucio.ul.pt/paginas/en/index_en.html (consultado a 13-12-2011)

aprendizagem das línguas também têm de dar resposta a esta nova onda de comunicação multilingue.

Em muitas situações, o Inglês é usado como língua de comunicação entre os europeus. São indiscutíveis os benefícios práticos deste uso, mas tal facto pode prejudicar a vitalidade das outras línguas, especialmente nas áreas da ciência e da economia. Assim, as políticas de língua dos diferentes governos nacionais e das instituições centrais da União Europeia deveriam, por um lado, promover a prática do inglês como língua franca e, por outro, promover o desenvolvimento das línguas nacionais nos seus vários aspetos funcionais. Todos os cidadãos de cada país europeu deveriam ter oportunidade para aprender as línguas estrangeiras de que mais necessitam no contexto laboral, social e para o seu próprio enriquecimento pessoal. Deveriam ter o direito de obter certificação do seu nível de competência nas outras línguas e ter os seus certificados reconhecidos como qualificação para as áreas do trabalho e de estudo em qualquer outro Estado Membro.

A Educação em cada Estado Membro deveria adoptar uma atitude multilinguística e criar oportunidades para a aprendizagem das línguas para além das línguas primeiras dos aprendentes. Esta atitude conduziria ao desenvolvimento da competência comunicativa em várias línguas e à consciência intercultural. A EFNIL, conseqüentemente, apela para os governos dos Estados Europeus para que reforcem e desenvolvam o ensino das línguas estrangeiras juntamente com o ensino da língua nacional de cada país. Tanto quanto possível, a educação formal e informal deve oferecer uma vasta lista de línguas, incluindo todas as línguas oficiais europeias. A competência comunicativa em uma primeira língua mais duas outras línguas deveria ser o objetivo mínimo no ensino básico e secundário de cada país.

Se a primeira língua não é língua oficial do país, uma das línguas adicionais deveria ser. Além de o cidadão ficar habilitado para o uso de pelo menos duas outras línguas, deveria também ser encorajado o uso adicional de outras línguas para o desenvolvimento da intercompreensão, assim, cada falante usaria a sua própria língua e compreenderia outras. Os adultos deveriam ser encorajados a melhorar as suas competências na sua língua nacional/oficial dos seus países e aprender línguas estrangeiras. A formação contínua deveria ser incluída no ensino das línguas. Dever-se-iam incrementar oportunidades para a aprendizagem de línguas e melhorar as condições

e instalações do ensino para adultos, no trabalho ou noutras instituições públicas ou privadas.

Para além da criação de oportunidades para a aprendizagem de línguas estrangeiras no próprio país, outras oportunidades para a aprendizagem no estrangeiro deveriam ser incrementadas, em particular, deveriam ser criadas condições administrativas que possibilitassem o intercâmbio de estudantes e professores, bem como trabalhadores entre os Estados Membros da União Europeia. Em cada Estado Membro da União Europeia mais e melhores oportunidades deveriam ser dadas aos não nativos (adultos e crianças) para a aprendizagem da língua do país onde residem, mas também para continuarem a desenvolver a competência comunicativa da sua língua materna.

Cada governo e organismos específicos da União Europeia deveriam apoiar a criação e produção de mais e melhores ferramentas linguísticas e recursos para melhorar o ensino das línguas estrangeiras. Estas ferramentas e recursos incluiriam dicionários de sinónimos, terminológicos, monolíngues e bilingues, bases de dados, instrumentos para tradução simultânea, materiais didáticos para professores e de autoformação, de acordo com as normas europeias. Uma atenção especial deveria ser dada às línguas próximas que têm sido há tanto tempo negligenciadas pelo comércio das indústrias das línguas.

A EFNIL apoia as Instituições da União Europeia e o Conselho da Europa nos seus esforços e projetos para manter e reforçar o multilinguismo europeu através do desenvolvimento do plurilinguismo entre os cidadãos dos países europeus. As instituições que compõem a EFNIL estão empenhadas em ampliar a sua colaboração mútua para obter conhecimentos cada vez mais profundos sobre as línguas europeias e a sua situação linguística nos diferentes países. Assim, elas estarão melhor equipadas para divulgar a compreensão e a aceitação do multilinguismo europeu nos seus respectivos países.⁴⁹

No entanto, não devemos ser ingénuos, esta posição de princípio e de bom senso não esgotam a questão das línguas na Europa. Pois toda a moeda tem dois lados e a diversidade linguística é também cheia de riscos. Como podem testemunhar as graves tensões comunitárias que movimentam um país no entanto considerado calmo, como

⁴⁹ <http://www.efnil.org/documents/brussels-declaration-on-language-learning/francais> (consultado a 17-08-2012)

por exemplo a Bélgica, neste continente também, as diferenças linguísticas podem levar a conflitos ou serem manipulados para fins políticos. Da mesma forma no plano económico e social, o multilinguismo pode causar inconvenientes não desprezíveis. Num relatório de 2005 sobre os "Impactos da falta de competências linguísticas das empresas sobre a economia europeia," os autores analisaram que todos os anos milhares de empresas perdem contratos e têm a sua atividade reduzida por falta de conhecimentos linguísticos.

De acordo com este estudo, 11% da amostra de PME⁵⁰ pesquisadas tinham perdido um contrato por falta de domínio de uma língua estrangeira. As empresas europeias estão bem cientes destas realidades. Elas dão, portanto, cada vez mais importância para as competências linguísticas nos seus critérios de recrutamento. No entanto, esta tendência tem, por sua vez, riscos sociais. No seio dum mercado que é ao mesmo tempo comum e multilíngue, as pessoas dominando várias línguas têm uma forte vantagem comparativa no mercado de trabalho, o que leva mecanicamente a marginalizar aquelas que apenas dominam uma única língua. As autoridades europeias estão, no entanto, perfeitamente conscientes desta armadilha.

A Comissão lançou assim em setembro de 2009, uma plataforma permanente de trocas de ideias e de boas práticas sobre o assunto de línguas no mundo dos negócios. De facto, diante de tal desafio, o aperfeiçoamento da aprendizagem inicial das línguas no currículo escolar não é suficiente. Para reforçar as suas competências linguísticas e evitar qualquer risco de discriminação no critério de competências linguísticas, as empresas também devem se envolver, nomeadamente através do desenvolvimento da formação contínua. Da mesma forma, para agilizar o comércio e permitir um melhor acesso de todos às informações administrativas, mas também culturais, científicas, económicas e sociais, é essencial expandir as nossas capacidades comuns de tradução. Caso contrário, a "unidade na diversidade" que está no coração do projeto europeu seria um sonho em vão. De acordo com a famosa fórmula de Umberto Eco, "a língua da Europa, é a tradução".

A UNESCO promove a diversidade linguística e o multilinguismo. No entanto, as suas implicações complexas no plano da identidade, da comunicação, da integração

⁵⁰ PME – Pequena e Média Empresa

social, da educação e do desenvolvimento, as línguas têm uma importância estratégica para os povos e para o planeta.

Está cada vez mais presente na consciência das populações o facto das línguas desempenharem um papel crucial no desenvolvimento, devido à diversidade cultural e do diálogo intercultural, também se tornaram num meio para alcançar uma educação de qualidade para todos e de fortalecer a cooperação, de construir sociedades do saber inclusivas e de preservar o património cultural, e de mobilizar a vontade política favorecendo a aplicação de vantagens da ciência e da tecnologia ao serviço do desenvolvimento duradouro. É fundamental agir urgentemente para que a comunidade internacional alargada assuma a responsabilidade a favor do multilinguismo e da diversidade linguística e, especialmente, da salvaguarda das línguas em perigo.

A questão das línguas ocupando um lugar central em todos os domínios de competência da UNESCO, a Organização apoia uma aproximação interdisciplinar do multilinguismo e da diversidade linguística, que envolve todos os setores de programa, como a educação, a cultura, as ciências exatas e naturais, a comunicação e informação, e as ciências sociais e humanas.⁵¹

3.2. A importância do multilinguismo para facilitar a comunicação entre cidadãos.

O alvo da Comunicação é o próprio indivíduo, a sua capacidade para utilizar várias línguas, o acesso à cultura e a sua participação como cidadão ativo, além da possibilidade de beneficiar de uma comunicação mais alargada, uma maior inclusão e melhores oportunidades de emprego e negócio. O objetivo principal é sensibilizar a opinião pública para o valor e as oportunidades oferecidas pela diversidade linguística na UE e incentivar a eliminação das barreiras ao diálogo intercultural.

As línguas definem a identidade de cada pessoa, mas fazem parte igualmente de uma herança comum. Podem servir de ponte para chegar a outras pessoas e permitir o acesso a outros países e culturas, promovendo a compreensão mútua. Uma política de

⁵¹ <http://www.unesco.org/new/fr/culture/themes/cultural-diversity/languages-and-multilingualism/> (consultado a 03-08-2012)

multilinguismo bem-sucedida pode traduzir-se em novas oportunidades para os cidadãos: pode aumentar a sua empregabilidade, facilitar o acesso aos serviços e o exercício dos seus direitos, e contribuir a solidariedade através da promoção do diálogo intercultural e da coesão social. Nesta perspectiva, a diversidade linguística pode representar uma mais-valia preciosa, sobretudo tendo em conta o mundo globalizado em que vivemos hoje.⁵²

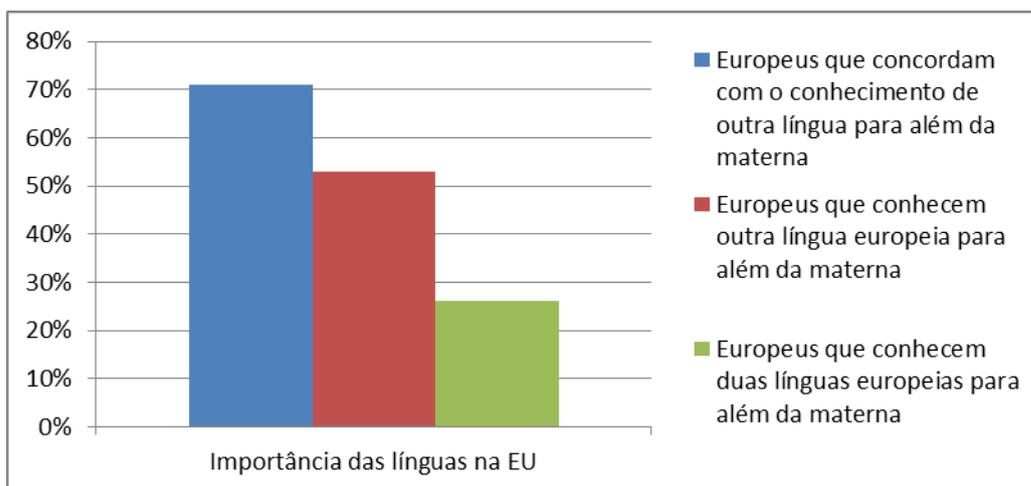
A política de multilinguismo surgiu nos anos 1970, com a primeira ampliação do bloco e ganhou força a partir dos anos 1990 com a iniciativa do programa Língua (1990) e com nova expansão da União Europeia (até 1990 tinha doze membros). O multilinguismo, segundo a Comissão Europeia, é a capacidade de uma pessoa utilizar várias línguas, assim como a coexistência de comunidades linguísticas diferentes numa mesma área geográfica. A política do multilinguismo tem três objetivos: incentivar a aprendizagem de línguas e promover a diversidade linguística, promover uma economia multilíngue sólida e a acessibilidade dos documentos, legislação e informações da União Europeia na própria língua dos seus cidadãos. Pretende-se não só facilitar a comunicação entre os cidadãos, mas também incentivar uma maior tolerância e respeito pela diversidade cultural e linguística da União Europeia, bem como a integração económica e seus benefícios trazidos pelo conhecimento de outras línguas.

Atualmente, a União Europeia conta com vinte e três línguas oficiais (falantes como língua materna: alemão, francês, inglês, italiano, espanhol, polonês, romeno, neerlandês, grego, húngaro, português, tcheco, sueco, búlgaro, finlandês, dinamarquês, eslovaco, lituano, irlandês, letão, esloveno, estoniano e maltês) de três famílias (indo-europeia, semítica e fino-urálica) e três alfabetos distintos (latino, grego e cirílico), contando também com as cerca de sessenta línguas regionais e minoritárias, vinte e três línguas gestuais, além das dezenas de línguas dos imigrantes, que lá vivem. Desta forma, a política multilíngue ganha força na década seguinte com o plano de ação da União Europeia a partir do ano 2001, o Ano Europeu das Línguas. O plano consistia em melhorar e expandir a aprendizagem de línguas ao longo da vida, aperfeiçoar o ensino de língua estrangeira e criar um ambiente mais favorável às línguas. Assim, o Conselho Europeu de Barcelona em 2002, pretende como objetivo que cada cidadão possa utilizar a sua língua materna mais duas outras línguas, quanto mais jovem possível.

⁵² RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (Coord.) - Europa em Mutação, Cidadania. Identidades. Diversidade Cultural, Quarteto editora, Coimbra, 2003, pp. 217-224.

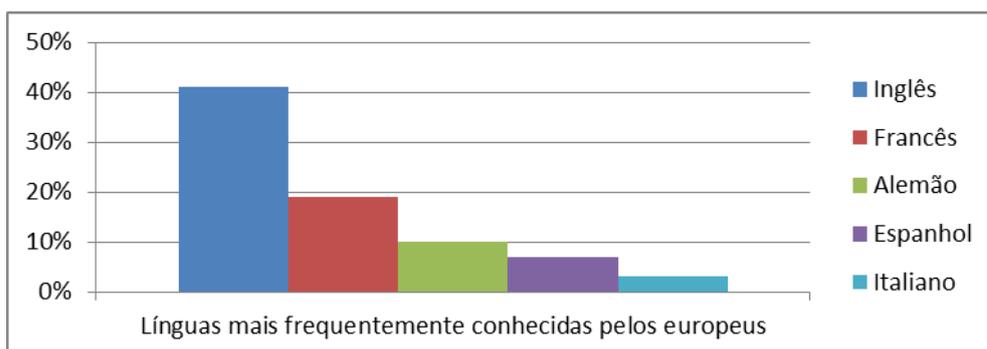
Os europeus têm reconhecido a importância das línguas no continente, visto que 71% deles consideram que todos na União Europeia deveriam saber falar uma língua europeia para além da sua língua materna. Infelizmente, apenas 53% dos europeus falam pelo menos uma língua europeia para além da sua língua materna e 26% conhecem duas línguas estrangeiras.

Os Europeus e as línguas:



A língua mais frequentemente conhecida pelos europeus é o Inglês (41%), seguido pelo francês (19%), o alemão (10%), o espanhol (7%) e o italiano (3%).

Os Europeus e as línguas:



Fonte: <http://euroinitiative.free.fr/dossierLangues.htm>

Na sua nova Comunicação, intitulada "Multilinguismo: uma mais-valia para a Europa e um compromisso comum", a Comissão apresenta uma visão geral do que é necessário fazer para transformar a diversidade linguística numa vantagem para a

solidariedade e prosperidade. As pessoas que falam línguas diferentes têm agora muito mais oportunidades de contactarem entre si. Há várias razões que explicam esta situação. Pode-se circular livremente pela Europa. Gozar férias, estudar ou trabalhar noutro país europeu onde é falada uma língua diferente tornou-se uma experiência comum.

Hoje em dia, muitas cidades são verdadeiros mosaicos de línguas e culturas, graças aos contactos diários com pessoas provenientes de contextos muito diferentes que optaram por viver na Europa. Com a globalização, passa-se a negociar com clientes e fornecedores de outros países e continentes. A língua é a chave da comunicação. É igualmente a chave para compreender as outras culturas. Sem uma compreensão mútua alcançada através da aprendizagem de outras línguas, os contactos entre pessoas de línguas maternas diferentes conduzem frequentemente à incompreensão e ao afastamento e resultam em oportunidades perdidas.⁵³

Para melhorar a situação, a Comissão Europeia propôs-se colaborar com os governos dos Estados-Membros, do Parlamento Europeu, as regiões e os parceiros sociais com vista a sensibilizar as pessoas para as vantagens do multilinguismo tanto para os negócios como para o diálogo com as outras culturas e oferecer a todos os cidadãos a possibilidade de aprenderem duas línguas além da sua língua materna.

Estes objetivos são fundamentais para a “política de multilinguismo”. Encontram-se estabelecidos na comunicação da Comissão. A comunicação não é um ato legislativo, mas um documento que define as diferentes políticas. O funcionamento das escolas não depende da competência da Comissão. Esta questão cabe inteiramente aos Estados-Membros. A Comissão também não pode adoptar legislação destinada a promover as línguas. Apenas fornece orientações políticas, ajuda os Estados-Membros a resolver os problemas comuns que se colocam aos seus cidadãos. Para alcançar os objetivos que fixou a médio e a longo prazo, a Comissão tem procurado promover o multilinguismo através de todas as suas políticas e programas, incentivando os Estados-Membros, as autoridades locais e os parceiros sociais a tomarem medidas ao seu nível respectivo.

⁵³ DG Education et Culture, Commission Européenne – Education et Formation, http://ec.europa.eu/education/languages/index_en.htm (consultado a 03-08-2012)

As línguas ajudam os cidadãos a entrar em diálogo com pessoas de diferentes origens culturais, tirando partido do máximo de oportunidades para aberturas de mobilidade e de negócios. Na sua comunicação, a Comissão convida os Estados-Membros e as outras instituições da União Europeia para se criar condições de incentivo e auxílio aos cidadãos na aquisição de competências linguísticas e remoção de barreiras de comunicação. Propõe uma abordagem que defende a inclusão do multilinguismo em toda uma série de áreas políticas da União Europeia. O documento de política propõe uma série de ações concretas relacionadas com estas questões e prevê uma revisão dos progressos a realizar em 2012.

O ato de Comunicar pretende atingir o indivíduo, logo é fundamental a utilização da várias línguas, a aproximação à cultura e possibilidade de oferta de emprego e negócio. A opinião pública é pertinente para facilitar a comunicação e favorecer a eliminação dos obstáculos ao diálogo intercultural.

O objetivo de Barcelona é um aspeto fundamental na promoção da comunicação na língua materna mais duas línguas. No entanto, para garantir a realização deste objetivo junto de todos os cidadãos são necessários esforços adicionais. Medidas concretas são necessárias para uma grande parte da sociedade europeia, que ainda não beneficia das vantagens do multilinguismo, nomeadamente as pessoas monolingues ou aquelas que ainda têm dificuldades na aprendizagem da primeira língua estrangeira, os alunos que abandonam precocemente a escola, a população mais idosa e os outros adultos afastados do sistema educativo.

É urgente encontrar novos métodos de ensino para estes grupos específicos, através de uma educação de carácter lúdico, dos meios de comunicação social e das tecnologias, mas também de serviços apropriados de tradução e de interpretação. Para promover a participação dos adultos e jovens nos programas de ensino e formação profissional, a aprendizagem das línguas deve ser adaptada às suas necessidades pessoais e aos seus estilos de aprendizagem. É importante conciliar esforços para, em função dos recursos disponíveis, garantir a integração do multilinguismo num conjunto de políticas europeias, incluindo a aprendizagem ao longo da vida, o emprego, a inclusão social, a competitividade, a cultura, a juventude e a sociedade civil, a investigação e os meios de comunicação social.

Cada uma das numerosas línguas nacionais, regionais, minoritárias e migrantes faladas na Europa acrescenta qualquer coisa à cultural comum de cada indivíduo. Estas línguas devem ser partilhadas, para promover o diálogo e o respeito mútuo. Existem zonas na União Europeia onde os cidadãos conseguem conciliar a utilização de uma língua regional ou minoritária com a língua nacional, utilizando com facilidade as línguas estrangeiras. As pessoas multilingues tornam-se importantes porque permitem uma mistura das diferentes culturas.

Uma característica básica da cidadania é a possibilidade que as pessoas têm de viver numa comunidade local, beneficiando dos serviços disponíveis e contribuindo para a vida dessa comunidade. Os turistas, os trabalhadores ou os estudantes estrangeiros e os imigrantes chegam frequentemente ao país de acolhimento com um conhecimento limitado da língua nacional. Para facilitar o acesso aos serviços e assegurar uma integração sem dificuldades, algumas comunidades disponibilizam a informação básica e necessária em línguas diferentes e recorrem a pessoas multilingues para agir como mediadores e intérpretes entre as diferentes culturas. As áreas metropolitanas e as estâncias turísticas na Europa adquiriram uma certa experiência no que diz respeito às necessidades dos estrangeiros que não falam a língua local. A Comissão atribui grande importância a esta questão e tende a apoiar a divulgação de boas práticas nesta área.

As línguas podem apresentar uma vantagem competitiva para as empresas europeias. As empresas multilingues mostram como a diversidade linguística e o investimento nas línguas e nas competências interculturais se podem transformar numa verdadeira mais-valia para a prosperidade e num benefício para todos. Algumas línguas europeias são faladas em todo o mundo e podem ser um importante objeto de comunicação para as empresas.

O Fórum das Empresas para o Multilinguismo formulou algumas recomendações para aumentar a competitividade e melhorar a empregabilidade através de uma gestão mais adequada da diversidade linguística. Este Fórum informou que certos mercados emergentes como o Brasil, a Índia, a Rússia e a China são cada vez mais importantes para as empresas da União Europeia e que é preciso conhecer as línguas desses países para enfrentar a concorrência nesses mercados. Assim, o desafio é

integrar o multilinguismo em todas as estratégias destinadas a desenvolver o capital humano.

A Comissão Europeia adotou uma comunicação intitulada “Multilinguismo: uma mais-valia para a Europa e um empenhamento partilhado”, que coloca as línguas num contexto mais amplo de coesão social e prosperidade. Integrando o multilinguismo numa série de políticas e ações da União Europeia, a comunicação pretende reflectir a realidade de uma União Europeia com mais de 490 milhões de cidadãos, diferentes competências linguísticas e necessidades distintas.

Os alargamentos recentes na União Europeia aumentaram a diversidade linguística. Os fluxos migratórios e a globalização também contribuem para aumentar a variedade de línguas utilizadas diariamente pelos europeus. A diversidade linguística é sem dúvida uma das principais características da União, com reflexões tanto na vida social, cultural e profissional dos seus cidadãos, como nas atividades económicas e políticas dos Estados-Membros. A comunicação referida pretende responder aos desafios colocados por esta realidade, propondo uma abordagem que defende a integração do multilinguismo em vários domínios políticos da União Europeia.

A comunicação leva os Estados-Membros da União Europeia e as demais Instituições Europeias a unir forças para incentivar e apoiar os cidadãos na aquisição de competências linguísticas. Os temas explorados são o papel desempenhado pelas línguas no desenvolvimento de uma compreensão mútua numa sociedade multicultural, o modo como as competências linguísticas podem melhorar a empregabilidade e assegurar que as empresas europeias dispõem de uma vantagem competitiva, o que fazer para incentivar os cidadãos europeus a falar mais duas línguas, além da sua língua materna e o modo como os meios de comunicação e as novas tecnologias podem servir de ponte entre os falantes de diferentes línguas.

Além disso, este documento político pretende tirar o máximo partido dos programas e iniciativas europeias existentes nos domínios da educação, dos meios de comunicação, da investigação, da competitividade e da inclusão social, prevendo-se uma análise, em 2012, dos progressos alcançados.⁵⁴

⁵⁴ Comissão Europeia, Multilinguismo: uma ponte para a compreensão mútua, Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2009 — p. 22.

3.3. O elo de ligação entre as instituições de línguas estrangeiras e a Diplomacia Pública.

Dez anos depois dos objetivos definidos pelo Conselho Europeu de Lisboa, os desafios de abertura dos sistemas de educação e de formação para o mundo exterior constitui uma prioridade renovada. As secções europeias ou de idiomas orientais participam em dar um impulso aos intercâmbios europeus e internacionais, através do estabelecimento de parcerias e de projetos de mobilidade e pelo ensino de disciplinas em línguas estrangeiras.

A Estratégia de Lisboa, após o Processo de Bolonha em 2000, define aos Estados-Membros da União objetivos destinados em tornar a Europa na sociedade do conhecimento a mais avançada no mundo: melhorar a qualidade e a eficácia dos sistemas de educação e de formação para atender às novas exigências da sociedade, facilitar o acesso de todos aos sistemas de educação e de formação para promover a empregabilidade e a progressão na carreira, bem como a cidadania ativa, abrir ao mundo exterior os sistemas de educação e de formação para enfrentar os desafios ligados à globalização.

De acordo com estes objetivos, a estratégia Europa 2020 pretende melhorar o desempenho e a capacidade de atração internacional da Europa no que diz respeito à educação e o aumento da mobilidade dos jovens, estudantes e aprendizes, através da iniciativa Juventude em Movimento (Youth on the Move): "D'ici à 2020, tous les jeunes Européens doivent avoir la possibilité d'effectuer une partie de leur parcours éducatif dans d'autres Etats membres".⁵⁵ Neste contexto, o Conselho da Europa publicou em 15 de Setembro de 2010 uma recomendação intitulada "Promover a mobilidade de jovens para fins de aprendizagem."

Todos os anos, em 26 de Setembro, o Dia Europeu das Línguas convida a celebrar a diversidade linguística do continente e a encontrar-se em torno de vários eventos. Esta iniciativa na qual muitas escolas participam durante o Ano Europeu das Línguas em 2001, no contexto do programa "Multilinguismo, diversidade, cidadania" introduzido pelo Conselho da Europa. Este pretendia sensibilizar sobre a importância de

⁵⁵ José Manuel Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia, a 3 de setembro de 2009.

uma aprendizagem diversificada das línguas num contexto global, numa perspectiva social como económica. Também ajudou na evolução das políticas linguísticas nacionais e nos dispositivos educativos.

Propondo um reforço em língua viva desde a 4^a classe e o ensino de uma disciplina de língua estrangeira a partir do 2^o ano, as seções Europeias ou de línguas orientais respondem neste sentido aos objetivos concretos de educação e de formação introduzidos pelo Conselho de Lisboa, permitindo aos alunos construir-se como futuros cidadãos ativos, fortes de competências linguísticas sólidas, capazes de mobilidade: dotes para o seu futuro percurso profissional e pessoal.

O relatório mundial da UNESCO Investir na Diversidade Cultural e no Diálogo Intercultural, publicado em 2010, sublinha que "num mundo caracterizado pela diversidade cultural, surge a necessidade de propor novas abordagens para o diálogo intercultural (...) que depende em grande parte das competências interculturais, ou seja, desse conjunto complexo de recursos que são necessários para interagir como deveriam com pessoas diferentes de si mesmos. Por natureza, esses recursos são essencialmente comunicativos, mas também implicam que se seja capaz de reconfigurar os seus pontos de vista sobre o mundo e a ideia que dele se tem (...)".⁵⁶

O desenvolvimento de seções europeias e internacionais manifesta a este respeito o dinamismo da educação internacional, ajudando a promover a imagem de um país aberto a outras culturas e marca os esforços em favor da diversidade linguística e cultural. Para além da dimensão linguística, as seções europeias ou de idiomas orientais dependem assim de uma pedagogia baseada na educação intercultural, que incentiva os alunos a descentrar a análise a partir de documentos autênticos, mas também através de uma abordagem comparativa de fenómenos e de temas do programa, a fim de desenvolver um conhecimento aprofundado da civilização do país ou países envolvidos. Esta abordagem multiplicando as perspectivas é concretizada no quadro de projetos que permitem impulsionar o comércio e parcerias com instituições estrangeiras, mas também para sensibilizar sobre as questões da cidadania europeia.

A abertura europeia e internacional é parte de um processo de educação para a cidadania: trata-se de despertar e de aguçar o pensamento crítico dos estudantes, mas

⁵⁶ <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184755por.pdf> (consultado a 20-08-2012)

também torná-los capazes de debate, de comunicação e de compromisso compartilhado na ação, no seio de uma comunidade marcada pela diversidade cultural e linguística. Aos programas de cooperação, que não se limitam a priori a parcerias estabelecidas com instituições europeias, mas podem ser estendidos adequadamente às suas contrapartes na Ásia, na América do Norte e na América do Sul em particular. Eles permitem trabalhar juntos, em objetos comuns, dependendo de projetos educativos. Eles oferecem a oportunidade aos participantes de vários países encontrar em conjunto "locais de interseções" culturais necessárias para uma boa compreensão, como mencionado no ensaio sobre cidadania proposto por Marie-France Mailhos. A presença de assistentes estrangeiros de línguas vivas na escola também permite estabelecer um contacto direto e regular com a língua e a cultura estudada, bem como um recurso ocasional de agentes externos e da organização de visitas de instituições emblemáticas no plano político ou cultural.

Deve-se imediatamente enfatizar a diversidade de dispositivos de intercâmbio e de mobilidade que permitem implementar um projeto de abertura internacional. Eles dirigem-se aos atores do sistema educativo no seu conjunto, bem como aos estudantes e aprendizes, tendo em conta necessidades específicas de cada um dos seus públicos.⁵⁷

A cooperação cultural das organizações internacionais multilaterais adquire, pela sua tecnicidade, funcionamento e abordagem global, um carácter mediático menos sensacionalista, apesar da dimensão política e dos valores éticos em que se fundamenta, sendo menos aproveitada, em termos de publicidade e de instrumentalização da opinião pública, para fins altamente políticos ou estratégicos dos Estados, numa perspectiva nacional. Qualquer recomendação torna-se numa dimensão internacional, de que todos comungam e beneficiam.

Quanto à União Europeia, a sua intervenção no domínio da cultura é relativamente recente, dada a prioridade da dimensão económica no processo de integração europeia. As mudanças estruturais na Europa e o reconhecimento dos efeitos estruturantes do fator cultural imprimiram uma nova visão sobre os domínios da cultura, tendo em vista a coesão social, o desenvolvimento regional e a educação, notando que os sectores artístico e cultural, propriamente ditos, não possam ser considerados

⁵⁷ <http://www.emilangues.education.fr/international/s-ouvrir-a-l-international> (consultado a 20-08-2012)

prioritários ao nível das políticas comunitárias, em termos políticos e orçamentais, apesar do espaço da União já representar um mercado cultural significativo. No entanto, as motivações da União Europeia para o desenvolvimento regional, da sociedade civil e das organizações não-governamentais (associações, fundações, redes culturais, etc.) têm sido especialmente importantes, sobretudo, quando se trata de rectificar as fragilidades financeiras destas organizações e de impulsionar a inovação, a educação e a investigação, a cooperação transfronteiriça e o diálogo entre culturas e civilizações, pertencendo já à ação externa da União. Vista como instrumento de compreensão entre os povos, a cultura tende a ser colocada num patamar de importância estratégica prioritária, sobretudo, desde a emergência do terrorismo islâmico internacional.

Durante muitos anos, a diplomacia cultural foi considerada um pilar importante dos assuntos externos dos Estados, quase a par dos pilares político e económico. No entanto, a sua função era mais a de proporcionar a exibição das particularidades culturais dos países, a fim de alcançar prestígio e reforçar a legitimidade dos governos, do que, propriamente, a de fomentar um verdadeiro diálogo intercultural. No que trata das relações entre os Estados, a diplomacia cultural tem sido presente, nomeadamente, na negociação de acordos de cooperação bilateral e na programação do intercâmbio cultural. Promovendo um melhor conhecimento entre as diferentes partes, semelhantes instrumentos e atividades permitiriam criar um ambiente internacional mais pacífico, favorável ao entendimento político entre ambos e ao desenvolvimento de relações mais estáveis e próximas, com reflexos em todos os domínios do relacionamento bilateral.

No âmbito da diplomacia cultural, a questão da língua passou a assumir uma importância particular, sobretudo, no período pós-colonial para os antigos impérios coloniais, na medida em que promover o conhecimento, a expansão e a consolidação da língua da antiga potência colonial servia os interesses políticos, económicos e estratégicos dessa mesma potência, permitia fortalecer um relacionamento mais estável e fluído com as antigas colónias, ajudava a manutenção do laço cultural e nacional com a diáspora, e contribuía para o aumento do seu prestígio e importância internacionais em função do número de falantes da mesma língua a nível mundial.

É neste contexto que se assiste à difusão de Institutos de Língua pelos quatro cantos do mundo, tais como a Alliance Française (França), o British Council (Grã-Bretanha), os centros de língua e cultura Dante Alighieri (Itália), o Goethe Institut

(Alemanha), o Instituto Cervantes (Espanha), o Confucius Institute (China) e o Instituto Camões (Portugal). Vista como um instrumento do Estado para executar a política cultural externa e promover a cooperação internacional nessa área, a diplomacia cultural, independentemente dos seus conteúdos temáticos específicos, tem as suas bases em três modelos de funcionamento: normativo (estabelecimento de convenções, acordos e protocolos), operativo (execução de programas e ações) e intelectual (intervenção dos agentes culturais no terreno).

A negociação, preparação e coordenação destes três modelos da diplomacia cultural é investida, em regra, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros ou pelo departamento do Estado que, a nível interno, possui competências em matéria de relações culturais externas e aos conselheiros culturais das embaixadas no estrangeiro, sob a orientação do embaixador. Segundo a norma administrativa interna dos Estados, e a autonomia e importância que a diplomacia cultural possa ter na escala de prioridades da política externa dos Estados, esses departamentos tanto podem estar integrados nos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, como funcionarem na dupla dependência dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, da Cultura e da Educação, como ainda construir instituições com autonomia orçamental e administrativa, embora subordinadas às orientações políticas dos governos.

À medida que a diplomacia cultural foi assumindo maior importância na política externa dos Estados, a organização dos serviços internos e externos foi se transformando em termos de atribuir maior autonomia às respectivas formulação política e execução prática, com respeito aos outros modelos político e económico da diplomacia. No entanto, no plano externo, continua a existir uma centralização destes serviços nas embaixadas, subordinados ao chefe de missão e coordenados por ele. Devido à autonomia de que dispõem, também as universidades, públicas ou privadas, têm vindo a desenvolver um importante papel no domínio das relações culturais externas, através dos acordos de colaboração com outras universidades estrangeiras e do intercâmbio de professores e de estudantes.

Esta posição, comum a toda a comunidade internacional de Estados, provém da progressiva desnacionalização das estruturas e instrumentos culturais, bem como da crescente dinâmica e operacionalidade das organizações da sociedade civil, e da difusão e dinamismo dos agentes culturais, reservando-se o Estado para a construção da política

cultural, para a promoção de parcerias público-privado (exposições, feiras, certames, concertos, seminários, colóquios, etc.), e para fornecer à sua rede externa de representação oficial dos profissionais necessários o cumprimento das prioridades estabelecidas (conselheiros culturais das embaixadas, directores das delegações e delegados dos centros culturais e de língua). E é neste contexto que a diplomacia cultural vai se aproximar da diplomacia pública, anteriormente caracterizada.

A diplomacia cultural pode ser levada a concretização, tanto a nível bilateral, apoiada geralmente em acordos de cooperação cultural, como no âmbito multilateral, nomeadamente, no quadro das organizações internacionais governamentais, mas não só. História, património, literatura, música, moda, desporto, bailado, cinema, teatro, gastronomia, exposições, feiras, pintura, escultura, artesanato, colóquios, seminários, palestras, concertos, etc., formam parte de um vasto catálogo de temas e iniciativas, a que estão associados diversos agentes que dão forma a alguns dos projetos da diplomacia cultural. A diplomacia cultural segue uma projeção de poder (“soft power”), numa espécie de combate político de baixa intensidade e de longa duração.

Assim, sendo o seu enquadramento sempre político, a diplomacia cultural está intimamente relacionada com a paz, com o diálogo e com a cooperação. O seu objetivo é dar a conhecer um determinado país e, através desse conhecimento, criar as condições intelectuais, psicológicas e afetivas, para uma maior projeção internacional do Estado e para uma mais intensa aproximação entre os Estados, mas, sobretudo, entre os povos, já que os primeiros e principais destinatários das ações da diplomacia cultural são, normalmente, os povos.

Neste contexto, a língua pode assumir uma especial importância, pois permite uma maior proximidade ou uma maior identificação entre os povos de diferentes nações. Sendo um condutor de comunicação, por excelência, e dos atributos culturais com maior peso e influência, a língua ocupa um lugar privilegiado nos programas e ações de cooperação cultural, sobretudo a nível bilateral. Os programas escolares, os centros de aprendizagem da língua e os institutos de língua, constituem instrumentos correntes de que se socorrem os Estados para se afirmarem internacionalmente, reforçar os laços de amizade com outros povos e proporcionar um melhor conhecimento da sua cultura.

Logo a cultura, apesar de ser difícil determinar quantitativamente a sua importância específica e os resultados que dela se conseguem extrair, constitui um elemento ativo e dinâmico da política externa dos Estados, quer de natureza especificamente política, como instrumento de aproximação, de comunicação, de compreensão e de formação da opinião pública mundial, quer de natureza económica, especialmente para aqueles países com exigências dominantes, tanto a nível regional, como no âmbito internacional mais vasto, dadas as implicações da cultura em muitas indústrias modernas e sua necessidade de expansão.⁵⁸

⁵⁸ MONGIARDIM, Maria Regina, *DIPLOMACIA*, Edições Almedina SA, Coimbra, 2007, pp. 361-379.

Conclusão

Nos capítulos anteriores foram analisados os objetivos da Diplomacia Pública e a sua estratégia de atuação passando pela análise da sua relação com as instituições de línguas estrangeiras, com o principal objetivo da divulgação e promoção da aprendizagem de línguas para facilitar o entendimento entre as várias nações.

É notório que o ambiente internacional se encontra em permanente mudança, o que leva também a mudar algumas regras da diplomacia tradicional, foram acrescentados novos métodos diplomáticos e modificados vários procedimentos consulares.

Devido ao diferente envolvimento das opiniões públicas no que respeita à política internacional, as novas tecnologias, que tornaram as distâncias mais curtas e o tempo mais reduzido, criaram novas exigências de rapidez e eficácia e também novas expectativas, às quais os Estados terão de responder, quer através da reorganização das suas estruturas internas e externas, quer pela mudança de uma cultura de secretismo e de distanciamento com relação à sociedade civil e a qualquer cidadão individual.

Assim, o esforço torna-se importante, envolvendo tanto as instituições como as pessoas. Tendo a consciência que, em primeiro lugar, são as pessoas que fazem as instituições, apesar da importância destas e a tradição possam fracassar muitas batalhas empreendidas para lhes dar um novo rumo, um novo conteúdo e um diferente significado. Logo, uma grande responsabilidade pelas mudanças pretendidas recai sobre os agentes da política externa do Estado.

A coexistência harmoniosa de muitas línguas na Europa é um símbolo claro da aspiração da União Europeia de alcançar a união na diversidade, uma das pedras angulares do projeto europeu. As línguas definem a identidade de cada pessoa, mas fazem parte igualmente de uma herança comum. Podem servir de ponte para chegar a outras pessoas e permitir o acesso a outros países e culturas, promovendo a compreensão mútua. As oportunidades para os cidadãos podem surgir graças a uma boa política de multilinguismo, permite o aumento da sua empregabilidade, a facilidade de acesso aos serviços e o exercício dos seus direitos, e a contribuição da solidariedade através da promoção do diálogo intercultural e da coesão social.

Nesta perspectiva, a diversidade linguística pode representar uma mais-valia preciosa, sobretudo tendo em conta o mundo globalizado em que vivemos hoje. A agenda social renovada da Comissão, adoptada em 2 de Julho de 2008, adopta uma nova abordagem para gerir a mudança que caracteriza o mundo globalizado, centrando-se nos princípios-chave da criação de oportunidades, do acesso e da solidariedade.

Numa União Europeia multilingue, tal significa que todos devem ter a oportunidade de aceder a meios de comunicação apropriados, que lhes permitam realizar o seu potencial e explorar plenamente as oportunidades oferecidas por uma UE moderna e inovadora; todos devem ter acesso a uma aprendizagem adequada das línguas estrangeiras ou a outros meios que promovam a comunicação, para que seja possível viver, trabalhar e comunicar na UE sem obstáculos indevidos de natureza linguística; num espírito de solidariedade, mesmo aqueles que não podem aprender outras línguas devem dispor de meios de comunicação apropriados, que lhes permitam aceder ao contexto multilingue.

No entanto, embora seja fonte de benefícios e de riqueza, sem políticas adequadas o aumento da diversidade linguística pode colocar alguns desafios. Pode agravar as dificuldades de comunicação entre pessoas de culturas diferentes e aumentar as divisões sociais, promovendo o acesso das pessoas multilingues a um melhor nível de vida e melhores oportunidades de emprego e excluindo as pessoas monolingues. Pode impedir que as empresas e os cidadãos comunitários explorem plenamente as oportunidades do mercado único e, eventualmente, limitar a sua competitividade no estrangeiro. Pode também prejudicar uma cooperação administrativa eficaz entre os Estados Membros da UE e um trabalho eficiente por parte dos serviços locais, nomeadamente os hospitais, os tribunais e os centros de emprego.

Atualmente, o desafio consiste em minimizar tanto quanto possível os obstáculos enfrentados pelas empresas e os cidadãos comunitários, e garantir os meios que lhes permitam beneficiar das oportunidades oferecidas pelo multilinguismo. Consiste, igualmente, em demonstrar que as línguas podem revelar-se uma mais-valia para benefício da sociedade europeia no seu conjunto.

No entanto, não devemos exagerar na avaliação das dificuldades causadas pela diversidade linguística, especialmente visto que na área da globalização as dificuldades tendem a serem diminuídas. Na verdade, à medida que os mercados se tornam mais

internacionais, a necessidade de superar as barreiras linguísticas é o destino comum de todos os agentes económicos. Deplorar a falta de homogeneidade linguística do Mercado Comum Europeu, volta, portanto, em grande parte, a raciocinar sobre o mundo anterior, em que os sucessos económicos e comerciais se constroem nos mercados regionais. Bem o demonstra o estado atual da pesquisa em relação à diplomacia pública num país. Um conceito que tem sido cada vez mais usado pode ser instrumental na organização de sociedades, na conexão entre os diferentes povos e na emancipação do cidadão.

O poder da informação e da cultura dota o indivíduo do conhecimento da sua realidade e cimenta uma capacidade crítica para entender e fazer valer os seus direitos. A diplomacia deve ser encarada como mais do que um instrumento do Estado, operado pelo governo, deve ser um serviço público voltado para proporcionar ao cidadão a liberdade e a mobilidade que são os seus direitos fundamentais.

Neste sentido, todas as dimensões da diplomacia pública precisam ser observadas. A escuta, na compreensão da cultura e das necessidades do outro. O objetivo diplomático, a defesa junto de governos estrangeiros das iniciativas que visam à concretização da democracia e do desenvolvimento. A diplomacia cultural, que enriquece a experiência humana e faz renovar as formas através das quais os povos processam a sua realidade. A diplomacia de intercâmbio, que é o principal objetivo das instituições de línguas, permite expandir pelo mundo a cultura de cada país. E finalmente, a transmissão internacional de notícias, através da qual as pessoas podem se manter informadas e conhecer as intenções e posturas que o outro país assume.

A diplomacia pública tem como objetivo modelar o ambiente internacional, a fim de reduzir percepções negativas e mal-entendidos, susceptíveis de danificar as relações entre os vários países. Por isso vemos que a diplomacia pública é um instrumento relevante nas Relações Internacionais. Os temas analisados demonstram a existência do uso recorrente da estratégia desta diplomacia como instrumento de poder e faz com que seja um conceito cada vez mais presente em estudos que envolvam relações entre países, porque a opinião pública ganhou uma importância primordial no desenvolvimento das nações.

Referências bibliográficas

CALVET DE MAGALHÃES, José, A DIPLOMACIA PURA, 2ª edição, Bertrand Editora, Venda Nova, 1996.

CASTRO, Zília Osório de, Coord., DIPLOMATAS E DIPLOMACIA – RETRATOS, CERIMÓNIAS E PRÁTICAS, Livros Horizonte, Lisboa, 2004.

Comissão Europeia, Multilinguismo: uma ponte para a compreensão mútua, Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2009 – p.22.

GALVÃO, Maria Emília - A dimensão europeia na educação e formação: um dilema europeu, in Noesis-Lisboa – ISSN 0871-6741- nº54 (Abril-Junho 2000), pp. 29- 31.

LENARDUZZI, Domenico - Educação na Europa: desafios do futuro, in Noesis- Lisboa – ISSN 0871-6741- nº54 (Abril-Junho 2000), pp. 24-25.

MATEUS, Mª Helena Mira e NASCIMENTO (do), Fernanda Bacelar - A língua Portuguesa em Mudança, Editorial Caminho, SA, Lisboa, 2005.

MELISSEN, Jan, The New Public Diplomacy. Soft Power in International Relations, New York: Palgrave MacMillan, 2005.

MEYRIAT, Jean. L'étude de la politique extérieure. In: Revue française de science politique, 11e année, nº1, 1961. pp. 143-154.

MITCHELL, J. M., International Cultural Relations, Londres, Allen and Unwin (coll.: «Key Concepts in International Relations», nº 3), 1986.

MONGIARDIM, Maria Regina, DIPLOMACIA, Edições Almedina SA, Coimbra, 2007.

MOREIRA, Adriano – “A Diplomacia Pública” in Diplomatas e Diplomacia. Retratos, Cerimónias e Práticas, Coord. Zília Osório de Castro, Livros Horizonte, Lisboa, 2004.

NOYA, Javier, Diplomacia Pública para el siglo XXI, Barcelona: Ariel, 2007.

NYE, Joseph S. Jr., Bound to lead: The Changing Nature of American Power, New York: Basic Books, 1990.

PITTA E CUNHA (de), Paulo - Direito Europeu, Instituições e Políticas da União, Edições Almedina, Coimbra, 2006.

REDING, Viviane - Promover a aprendizagem das línguas e a diversidade linguística, Plano de acção 2004-2006, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2004.

RIBEIRO, Edgar Telles. Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira., Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (Coord.) - Europa em Mutação, Cidadania. Identidades. Diversidade Cultural, Quarteto editora, Coimbra, 2003.

SNOW, N. Propaganda, Inc.: Selling America's Culture, to the World New York : Seven Stories Press, 2002.

DG Education et Culture, Comissão Europeia – Education et Formation, http://ec.europa.eu/education/languages/pdf/com/inventory_pt.pdf (consultado a 24-08-2011).

DG Education et Culture, Comissão Europeia – Education et Formation, http://ec.europa.eu/education/languages/index_en.htm (consultado a 24-08-2011).

Euro-Initiative, <http://euroinitiative.free.fr/dossierLangues.htm> (consultado a 28-08-2011).

Observatório da Língua Portuguesa, <http://www.observatorio-lp.sapo.pt/pt> (consultado a 04-09-2011).

Martins, Marco António (2010). Recensão Crítica de Noya, Javier (2007). Diplomacia Pública para el siglo XXI. La gestión de la imagen exterior y la opinión pública internacional. Madrid: Ariel: 469 pp., JANUS.NET e-journal of International Relations, N.º1, Outono 2010.

janus.ual.pt/janus.net/pt/arquivo_pt/pt_voll_n1/pt_voll_n1_rec1.html (consultado a 03-10-2011).

Repositório Digital de Publicações Científicas da Universidade de Évora, <http://dspace.uevora.pt/otoc/handle/10174/2606> (consultado a 03-08-2011).

U.S. Department of State, Diplomacy in Action, <http://www.state.gov/r/index.htm> (consultado a 03-08-2011).

“La nouvelle Diplomatie Publique”,
<http://www.projectsyndicate.org/commentary/nye79/French> (consultado a 05-01-2012).

“La diplomatie culturelle des provinces canadiennes”, de Louis Bélanger, *Etudes internationales*, vol. 25, n°3, 1994, p. 421-452.,
<http://www.erudit.org/revue/ei/1994/v25/n3/703350ar.pdf> (consultado a 05-01-2012).

IRIS – Institut de Relations Internationales et Stratégiques, <http://www.iris-france.org/> (consultado a 12-07-2012)

Affaires-stratégiques.info, Un autre regard sur les relations internationales,
<http://www.affaires-strategiques.info/> (consultado a 12-07-2012).

“Public Diplomacy for a New Era”, de Walter Douglas,
http://csis.org/files/publication/120413_gf_douglas.pdf (consultado a 15-06-2012).

USLegal, Definitions, <http://definitions.uslegal.com/b/brevitatis-causa/> (consultado a 31-07-2012).

- “Smart power vs Subtil power”, de David Gosset (China Daily),
http://www.chinadaily.com.cn/cndy/2011-04/15/content_12329918.htm (consultado a 04/08/2012).

- Persee, *Revue Scientifiques*,
http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rfsp_00352950_1961_num_11_1_392613 (consultado a 29-07-2012).

- Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, <http://www.instituto-camoes.pt/> (consultado a 12-12-2011).

- British Council, <http://www.britishcouncil.org/> (consultado a 13-12-2011).

- Instituto Cervantes, <http://lisboa.cervantes.es/pt/default.shtm> (consultado a 13-12-2011).

- Alliance Française, <http://www.alliancefr.org/> (consultado a 13-12-2011).
- Goethe Institut, <http://www.goethe.de/ins/pt/lis/ptindex.htm> (consultado a 13-12-2011).
- DA – Società Dante Alighieri, <http://www.dantealighieri-roma.it/port/chisiamo.htm> (consultado a 13-12-2011).
- O Instituto Confúcio da Universidade de Lisboa, http://www.confucio.ul.pt/paginas/en/index_en.html (consultado a 13-12-2011).
- EFNIL – European Federation of National Institutions for Language, <http://www.efnil.org/documents/brussels-declaration-on-language-learning/francais> (consultado a 17-08-2012).
- “Langues et Multilinguisme”, <http://www.unesco.org/new/fr/culture/themes/cultural-diversity/languages-and-multilingualism/> (consultado a 03-08-2012).
- “Relatório Mundial da UNESCO, Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural”, <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184755por.pdf> (consultado a 20-08-2012).
- Emilangues, <http://www.emilangues.education.fr/international/s-ouvrir-a-l-international> (consultado a 20-08-2012).